



# Relatório e Contas

**2011**

Sede Social:  
Rua João Machado, nº 86  
3000 - 226 COIMBRA

<b>I. Órgãos Sociais</b> .....	<b>4</b>
<b>II. Relatório do Conselho de Administração</b> .....	<b>5</b>
1. Introdução.....	5
2. Enquadramento macroeconómico .....	8
3. Sistema Bancário Nacional.....	12
4. Atividade .....	15
4.1. Enquadramento.....	15
4.2. Atividade Desenvolvida .....	16
4.3. Gestão de Riscos.....	24
4.4. Solvabilidade .....	25
4.5. Análise de concentração .....	26
4.6. Política de Remunerações.....	29
5. Análise económica e financeira.....	30
6. Perspetivas Futuras .....	35
7. Agradecimentos .....	37
8. Proposta de aplicação de resultados .....	38
<b>III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011</b> .....	<b>39</b>
BALANÇO.....	39
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	41
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	42
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.....	44
1. INTRODUÇÃO .....	44
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS .....	46
2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO .....	46
2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	46
2.2.1. REGIME DE ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA) .....	47
2.2.2. CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER.....	47
2.2.3. PROVISÕES E CORREÇÃO DE VALORES ASSOCIADOS A CRÉDITO A CLIENTES .....	47
2.2.4. ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16).....	48
2.2.5. ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38) .....	48
2.2.6. LOCAÇÕES (IAS 17).....	49
2.2.7. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE (IAS 39) .....	49
2.2.8. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS (IAS 12) .....	49
2.2.9 SERVIÇOS E COMISSÕES (IAS 18).....	50
2.2.10 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES (IAS 18) .....	50

2.2.11 EVENTOS SUBSEQUENTES (IAS 10) .....	50
3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS ÀS ESTIMATIVAS .....	51
4. NOTAS .....	52
4.1. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS .....	52
4.2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO .....	52
4.3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO .....	52
4.4. CRÉDITO A CLIENTES .....	53
4.5. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE .....	53
4.6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS .....	54
4.7. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	54
4.8. ATIVOS POR IMPOSTOS .....	55
4.9. OUTROS ATIVOS .....	56
4.10. PROVISÕES .....	57
4.11. CARGA FISCAL .....	58
4.12. OUTROS PASSIVOS .....	59
4.13. CAPITAL PRÓPRIO .....	60
4.14. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS .....	60
4.15. MARGEM FINANCEIRA .....	62
4.16. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES .....	62
4.17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO .....	63
4.18. EFETIVOS .....	64
4.19. CUSTOS COM PESSOAL .....	65
4.20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS .....	67
4.21 PARTES RELACIONADAS .....	67
4.22. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	67
4.23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	68
ANEXO .....	69
ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS .....	69
ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS .....	69
ACCIONISTAS PROMOTORES .....	70
<b>IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único .....</b>	<b>71</b>
<b>V. Certificação Legal de contas .....</b>	<b>72</b>
<b>VI. Relatório do Auditor Independente .....</b>	<b>74</b>

## I. Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por António José Luz Teixeira de Almeida
<b>Vice-Presidente</b>	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, representada por José Alberto Galo Vareda
<b>Secretário</b>	Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

### Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vice-Presidente</b>	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por Damasceno Dias
<b>Vogais</b>	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, representada por Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Caixa Geral de Depósitos, representada por João de Deus Pires Asseiro Banco BPI, representado por Joaquim Miguel Martins Ribeiro

### Comissão Executiva

<b>Presidente</b>	José Fernando Ramos de Figueiredo
<b>Vogais</b>	Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Joaquim Miguel Martins Ribeiro

### Fiscal único

<b>Efetivo</b>	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
<b>Suplente</b>	Armando Luís Vieira de Magalhães

### Comissão Remunerações

<b>Presidente</b>	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
<b>Vogais</b>	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.

## II. Relatório do Conselho de Administração

### 1. Introdução

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2011 o seu quinto ano de atividade. O ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso instrumento de acesso ao crédito por parte das empresas numa época de contração deste importante vetor de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano transato veio acentuar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre de 2008, com profundas incidências no mercado de crédito que foram agudizadas pela crise do financiamento da dívida soberana. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua atividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas. O acordo de assistência financeira assinado com a *troika* e os seus impactos ao nível da chamada desalavancagem dos balanços dos bancos amplificou estes reflexos, na medida em que aos bancos é imposta uma redução significativa do rácio de transformação de depósitos em crédito, num período muito curto, para 120%, quando em muitos casos as posições se situavam em mais de 150%.

Por outro lado, o custo do financiamento para os Bancos tornou-se ao mesmo tempo mais elevado, o que haveria de se transferir para os consumidores de crédito. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da atuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a perceção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da perceção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e aumento do custo associado aos financiamentos, aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transato. Sendo a Agrogarante uma entidade umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a atividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Agrogarante prosseguiu com a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME

portuguesas, atuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objetivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, Grupo BES, Grupo Santander Totta, Barclays Bank, Banco Português de Negócios, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Popular Portugal, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria).

O ano de 2011 ficou marcado pela intervenção da Agrogarante nas linhas PME Investe que haviam sido implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reação à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME.

Manteve-se, ainda, a intervenção na Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e protocolada com o sistema bancário e as SGM. Esta linha para além do envolvimento de um novo e relevante parceiro no Sistema – o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – tem a SPGM, como entidade encarregue pela gestão da referida Linha.

Registou-se a manutenção da trajetória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, no entanto não tão expressiva como no ano anterior, que representou um incremento sem precedentes da procura do produto garantia mútua.

A Garantia Mútua continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da atuação individual da Agrogarante, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional da marca “Garantia Mútua” promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Agrogarante e o produto Garantia Mútua mais conhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

A Agrogarante manteve a sua estratégia de proatividade comercial junto das empresas do tecido económico de intervenção, encontrando quer no contacto direto junto empresas, quer na possibilidade de criar valor com as suas intervenções, uma recompensa pela ação desenvolvida na oportunidade de poder atuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite direcionar a atividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

Fruto da atividade desenvolvida, a Agrogarante chegou ao final de 2011 com uma carteira viva de garantias no montante de 181 milhões de euros, especialmente resultante da intervenção nas linhas de crédito PME Investe. Até final de 2011, e em termos acumulados, a sociedade contratou 2600 garantias, no valor de 227 milhões de euros, que permitiram às PME e empresários do sector obter um valor global de financiamento próximo dos 400 milhões de euros.

## 2. Enquadramento macroeconómico

Em 2011 assistiu-se a nível internacional a uma desaceleração da economia mundial, tendo sido mais acentuada para as economias avançadas, com destaque para um abrandamento do crescimento dos EUA, uma quebra do PIB do Japão (associado aos efeitos do terramoto de Março) e um crescimento mais moderado da UE, com evoluções muito distintas entre os diferentes estados membros. As principais economias emergentes também desaceleraram, apesar dos países asiáticos terem continuado a registar um elevado dinamismo, tendo o PIB da China desacelerado para 9,2% (10,4% em 2010).

Refletindo o menor crescimento da economia mundial, as trocas comerciais de bens e serviços abrandaram para cerca de 6,9% em volume (12,7% em 2010), mantendo-se, no entanto, acima do valor médio registado na década.

O nível de incerteza do enquadramento internacional tornou-se particularmente elevado no segundo semestre de 2011, tendo aumentado os riscos no sentido descendente do ritmo de crescimento económico mundial, associado, no caso dos EUA, à persistência de elevados desequilíbrios macroeconómicos (défices público e externo) e à fragilidade do mercado de habitação. Mas o ano que finda ficou sobretudo marcado pelas dificuldades em torno da crise da dívida soberana na zona euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias core, como França, Holanda e Áustria.

A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na zona euro resultaram numa situação de escassez severa de liquidez nos mercados monetário e de crédito, particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Por outro lado, o Banco Central Europeu (BCE), após ter elevado a principal taxa de juro diretora de 1% para 1,5%, inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 pontos base no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos.

Em Dezembro, a Autoridade Monetária (AM) levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489 mil milhões de euros que contudo não impactou o indicador da manutenção da falta de confiança nos mercados monetários. Apesar desta inédita injeção de liquidez, os bancos colocaram perto de 412 mil milhões de euros em depósitos junto da AM, mostrando que nada se alterou em termos da confiança entre as instituições financeiras, que deixaram de fazer operações entre si, e igualmente o descrédito em relação à evolução da crise

da dívida soberana europeia. Os bancos demonstraram querer preservar a sua autonomia financeira, pretendendo assegurar liquidez suficiente para enfrentar o futuro que não deixou de ser incerto.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, refletiram-se também nos mercados acionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus, com o DAX alemão e o CAC 40 francês a fecharem o ano com quebras de 16% e 20%, respetivamente. Na Península Ibérica, o IBEX 35 e o PSI 20, acumularam quebras anuais de 15% e 28%. No caso americano, os índices Dow Jones, S&P 500 e NASDAQ, fecharam 2011 com uma evolução acumulada de +5%, -1% e -3%, fruto da menor tensão em redor da crise da dívida e de uma economia com sinais de crescimento mais dinâmico em comparação com os parceiros europeus, a braços com fortes abrandamentos.

Adicionalmente, o aumento dos riscos associados à qualidade da dívida soberana nas economias da zona euro favoreceu a depreciação de 3,2% do euro face ao dólar em 2011, situando-se em 1,29 no final do ano (1,34 no final de 2010).

A economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, que se tinham traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas e, conseqüentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional. Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios refletiram-se numa vulnerabilidade da economia portuguesa, o que contribuiu para a perda de acesso do sector público – e, em consequência, do sector bancário – a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em virtude do qual o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas têm um inevitável efeito contracionista no curto prazo.

Em Portugal, ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações na lei laboral, que aumentam a

flexibilidade do mercado de trabalho; (ii) a reforma da lei do arrendamento, favorecendo a mobilidade do mercado, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das golden shares, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram taxas elevadas de crescimento, com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB (esperada em torno de 1,6%) e, acima de tudo, contribuiu, em conjunto com o processo de deleverage em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% para um valor próximo de 6,5% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O nível das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% observado em 2009.

Em termos prospetivos, o enquadramento internacional incorpora uma significativa desaceleração da economia mundial em 2012 (3,7% em 2011 para 3% em 2012), num quadro de recente recrudescimento das tensões nos mercados financeiros internacionais, decorrente, em larga medida, da intensificação da crise da dívida soberana na zona euro. Esta evolução, estima-se, implicará um expressivo abrandamento da procura externa dirigida às empresas portuguesas em 2012.

A situação ainda enfraquecida da economia norte-americana, a tendência generalizada de prática de políticas orçamentais mais restritivas e a desalavancagem do sector financeiro europeu serão forças que deverão acarretar um fraco desempenho para o crescimento global. Outros fatores de risco importantes são a possibilidade de recrudescimento das tensões no mercado interbancário, a escassez do financiamento à atividade económica na UEM (embora recentemente mitigada pela utilização de vários mecanismos de reforço da liquidez no sistema, pelo BCE); falha do sector privado norte-americano em sustentar a atividade e regresso das dúvidas quanto ao processo de consolidação fiscal nos EUA; forte arrefecimento das economias emergentes ou o aumento significativo dos preços das matérias-primas, bens alimentares e energéticos devido a fatores geopolíticos.

Todavia podem persistir elementos positivos, cujo desenvolvimento poderá eventualmente fazer surgir um cenário global mais positivo que o antecipado: os indícios recentes de uma maior resistência da economia norte-americana, que parece dar sinais de algum dinamismo contra todas as expectativas; um desempenho mais favorável que o antecipado das economias emergentes, cuja expansão está cada vez mais assente na procura interna; o alívio das tensões geopolíticas

subjacentes ao elevado preço do petróleo; finalmente a eventual tomada rápida de medidas pelos líderes europeus, que restabeleça a confiança entre os investidores e os agentes económicos.

Ao nível interno, a projeção para 2012 é fortemente condicionada pela adoção de medidas de consolidação orçamental no âmbito do Orçamento de Estado. Refira-se que o cumprimento dos objetivos orçamentais para 2011 apenas foi atingido pelo recurso a medidas de carácter auto reversível (em particular a já mencionada transferência parcial dos fundos de pensões do sector bancário para a segurança social), pelo que é expectável uma contração da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa. Esta projeção incorpora as medidas detalhadas do PAEF, que, entre outros aspetos, baliza a prossecução do processo em curso de desalavancagem do sector bancário e a redução dos níveis de endividamento dos agentes privados (famílias e empresas), como sendo elementos essenciais para a recuperação da atividade económica no médio prazo. O sistema bancário, enquanto intermediário financeiro, deverá canalizar os recursos financeiros disponíveis para as empresas financeiramente viáveis e com planos de negócio sustentáveis no médio e longo prazo, contribuindo por esta via para uma reestruturação eficiente do sector empresarial.

As condicionantes de origem interna, implicarão uma quebra da procura interna privada, em particular do consumo de bens duradouros depois de um período prolongado de crescimento acima do PIB, e do investimento privado. A queda acumulada do volume de consumo público será considerável, contrastando com o aumento persistente registado no passado. Ao longo deste período, assume-se a manutenção da redução das despesas de investimento das Administrações Públicas. Em sentido contrário, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada em que prevê registar taxas de crescimento positivas ao longo de 2012. Esta alteração da composição da despesa agregada tem como objetivo a aproximação do equilíbrio da balança corrente e de capital, o qual é fundamental para assegurar as condições de solvabilidade da dívida externa, um dos requisitos necessários para o regresso da posição de investimento internacional a uma trajetória sustentável. Refira-se, no entanto, que estas projeções estão rodeadas de grande incerteza, associadas nomeadamente à evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na zona euro.

Relativamente ao mercado de trabalho, é esperada em 2012 uma redução do emprego (além de uma contenção salarial) de 1,8%, com correspondência negativa sobre a evolução do rendimento disponível real das famílias (a magnitude de contração do emprego será relativamente similar nos sectores publico e privado) e conseqüente quebra no consumo e aumento da poupança, pelo que o contributo do fator trabalho para a evolução do PIB deverá ser negativo.

Apesar da quantificação do crescimento do produto potencial estar sujeita a um grau de incerteza superior ao habitual, é projetada uma redução do PIB para 2012.

### 3. Sistema Bancário Nacional

Em 2011, a deterioração das condições de financiamento do Estado português nos mercados internacionais traduziu-se num considerável aumento do financiamento do setor público junto dos bancos, que reforçou a ligação entre os riscos soberano e bancário, agravando as dificuldades dos bancos portugueses no acesso aos mercados de dívida por grosso.

O exacerbar da crise da dívida soberana na área do euro e o conseqüente aumento do risco sistémico a nível europeu, contribuíram para adensar o problema de financiamento dos bancos domésticos que, juntamente com o aumento do risco de crédito associado aos agentes económicos nacionais, resultou numa maior restritividade da oferta de crédito. Por sua vez, a contração da atividade económica portuguesa, a diminuição do rendimento disponível das famílias e a deterioração das perspetivas económicas, refletiram-se numa redução da procura de crédito, concorrendo para o abrandamento do crédito concedido ao setor privado não financeiro, implicando uma maior exigência nos critérios de concessão de empréstimos, traduzindo-se, entre outros e no caso das empresas, na redução do montante dos empréstimos ou linhas de crédito e o reforço das garantias exigidas.

Face ao aumento do risco sistémico, alguns dos bancos portugueses tiveram de reforçar os seus rácios de capital, por força da reavaliação, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana, especialmente tratando-se de dívida helénica. Esta necessidade de reforço de capitais e o “estrangulamento” da liquidez no mercado financeiro, condicionaram a política de distribuição de resultados, promovendo a incorporação de reservas à distribuição de dividendos.

A alienação de ativos constitui outra da forma de reforço da solvabilidade das instituições, contudo, no atual contexto de incerteza a alienação de ativos poderá não ser concretizada nas condições mais favoráveis, podendo mesmo em alguns casos levar ao reconhecimento de perdas. O facto da desalavancagem se estar a verificar simultaneamente em vários sistemas bancários da área do euro poderá ser uma fonte adicional de risco.

Adicionalmente, um outro fator de risco para a desalavancagem da banca portuguesa é, de facto, a necessidade de a mesma poder ter que assegurar o financiamento do setor público que acarreta riscos acrescidos por via do efeito de *crowding-out* sobre o crédito concedido ao setor privado e conseqüente impacto sobre a atividade económica.

A necessidade de melhorar rácios de capital, traduziu-se em critérios de concessão de empréstimos ao sector privado não financeiro mais restritivos, especialmente no decorrer do quarto trimestre do ano, com especial incidência no caso dos empréstimos ou linhas de crédito a empresas.

No curto prazo, o processo de ajustamento do balanço dos bancos, num contexto mais abrangente

de correção dos desequilíbrios estruturais da economia, deverá continuar a condicionar negativamente a evolução da atividade e rendibilidade do sistema bancário português. Contudo, um processo de desalavancagem ordenado e gradual, que permita atingir uma estrutura de financiamento mais sustentável no médio prazo, deverá facilitar o recesso aos mercados internacionais de dívida por grosso e reforçar a capacidade do sistema bancário para continuar a financiar os setores mais produtivos da economia.

No ano que finda, assistiu-se a uma redução da procura por parte das empresas e que para a qual terá contribuído as menores necessidades de financiamento para investimento. A procura verificada, focou-se em torno de necessidades de financiamento para reestruturação da dívida e para reforços de liquidez. Em termos de distribuição do crédito concedido pela banca em 2011, cerca de 54% foi absorvido pelas grandes empresas, enquanto que as PME concentraram cerca de 33% do financiamento total.

O crédito malparado manteve uma trajetória de crescimento, sendo que dos 11,5 mil milhões de empréstimos incobráveis que a banca totalizava, no final de 2011, cerca de 60% refere-se a incumprimentos das empresas.

Neste contexto, as Linhas PME Investe, pelo facto de reduzirem consideravelmente o risco assumido pelos bancos no crédito que concedem, continuaram a ter um papel preponderante na possibilidade das PME acederem a financiamentos.

O acesso ao financiamento é fundamental para a sustentabilidade das empresas portuguesas, por forma a dirimir as necessidades diárias quer de liquidez, quer da necessidade de realização de investimentos. A dimensão das empresas continua a condicionar a facilidade à obtenção ao crédito e, de acordo com os dados do endividamento do sector não financeiro, divulgados pelo Banco de Portugal, a dívida das PME é a que assume um maior peso no total da dívida, particularmente as microempresas (os sectores da construção e imobiliário, lideram esta estatística).

Num inquérito efetuado aos bancos portugueses sobre o mercado de crédito, foi prospetivado para 2012, a manutenção da aplicação de critérios mais restritivos na concessão de empréstimos a empresas e particulares, sendo que os bancos antecipam que a procura de empréstimos por parte das empresas permanecerá estável.

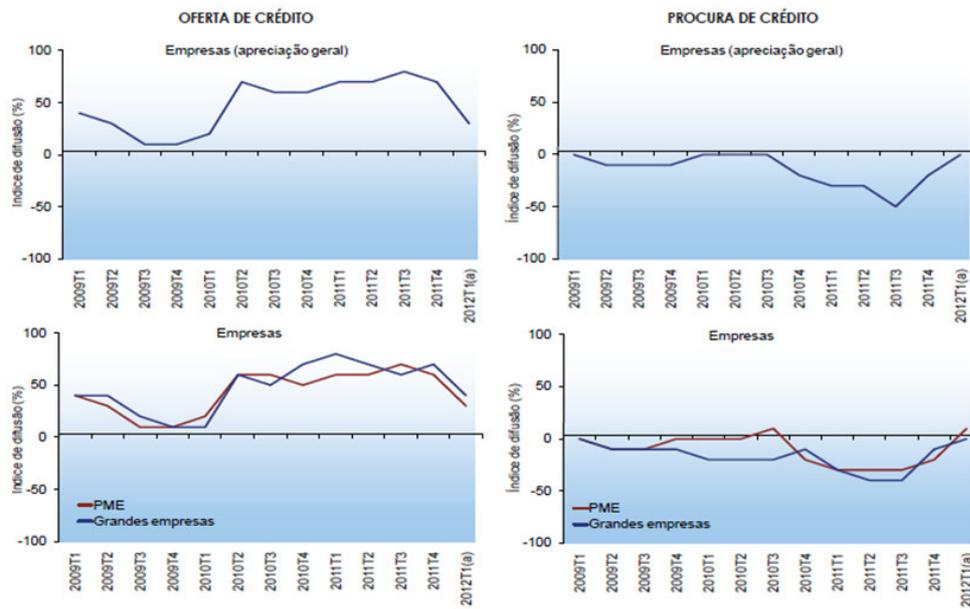


Figura 1: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas e Particulares *in* Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

## **4. Atividade**

### **4.1. Enquadramento**

Para o desempenho evidenciado pela Sociedade no exercício de 2011 em muito contribuiu a reorganização interna e o empenho de todos os colaboradores, permitindo aumentar os níveis de eficiência e a capacidade de resposta da Agrogarante. O aumento do nível de recursos humanos, as melhorias ao nível das plataformas informáticas e sobretudo o elevado grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua, foram os agentes que mais contribuíram para o desempenho da Sociedade.

O desempenho operacional da Agrogarante foi positivo, registando-se um crescimento da carteira de garantias vivas. Este crescimento assentou grandemente na participação da sociedade nas linhas PME Investe, criadas e geridas pelo Ministério da Economia, sendo que continuam a não existir iniciativas que permitam assegurar a presença de alguns sectores importantes debaixo da cobertura da Agrogarante, como as pescas, situação que se espera possa vir a ser resolvida a breve prazo.

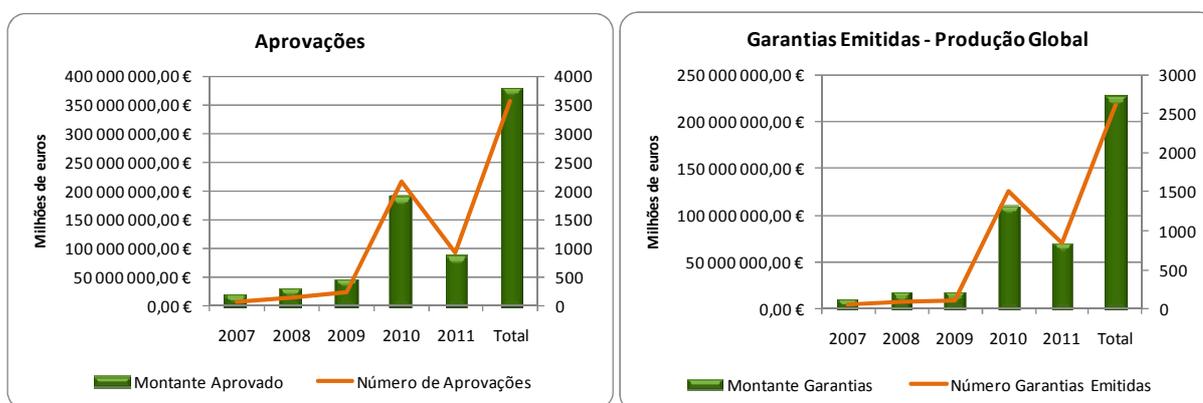
Em 2011 verificou-se um aumento significativo da sinistralidade e do risco da economia em geral. Muitas empresas entraram em incumprimento das suas obrigações, o que originou um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e influenciou negativamente os Resultados da Sociedade.

Tendo em particular atenção a conjuntura adversa da economia que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Sociedade face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida, principalmente, como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados.

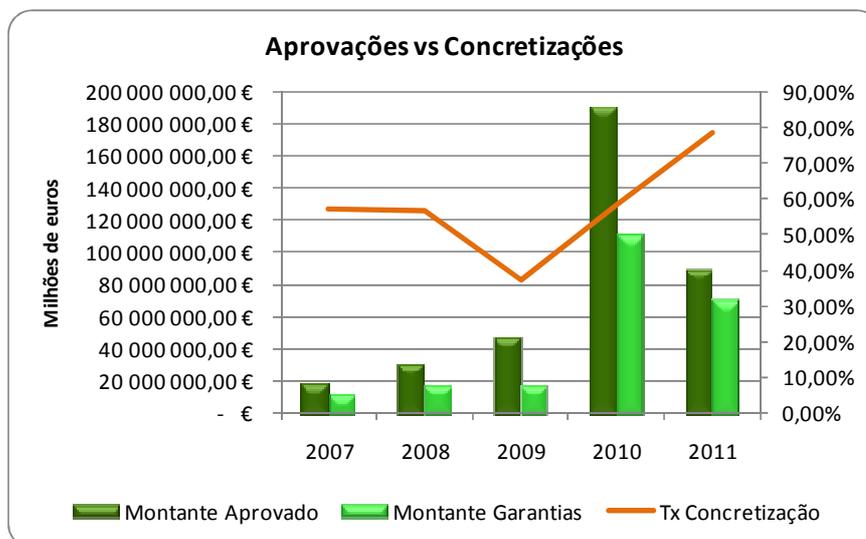
## 4.2. Atividade Desenvolvida

Em 2011, a Agrogarante prestou 842 garantias que ascenderam a um total de 70,2 milhões de euros. Para além destas garantias, ocorreram ainda, 21 renovações de garantias emitidas, representando no conjunto 3,5 milhões de euros. O valor médio de garantia situou-se em 83,43 mil euros, representando um crescimento de 12,33 % face ao ano homólogo.

As garantias prestadas ao abrigo das linhas PME Investe representam 85,98% da produção total, com um montante garantido de 60,4 milhões de euros. No mesmo período foram aprovadas 931 garantias, no montante de 89,6 milhões de euros.

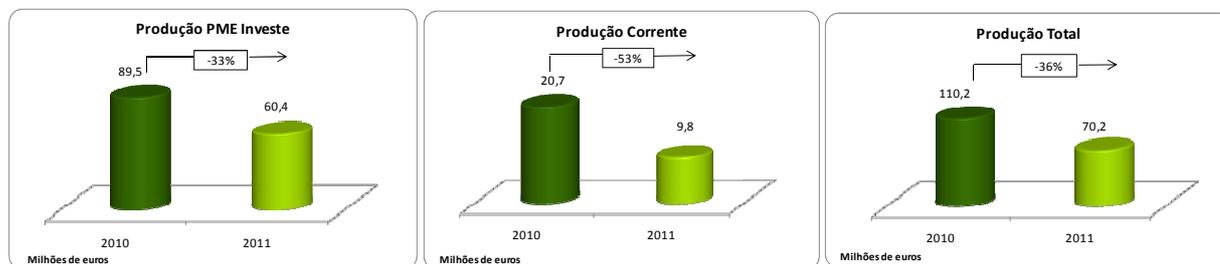


Desde o início de atividade da Agrogarante em 2007, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 227 milhões de euros. Fruto da intervenção nas Linhas PME Investe, em particular nas linhas específicas para MPE, verificou-se uma evolução positiva na taxa de concretização, atingindo os 78,36%.

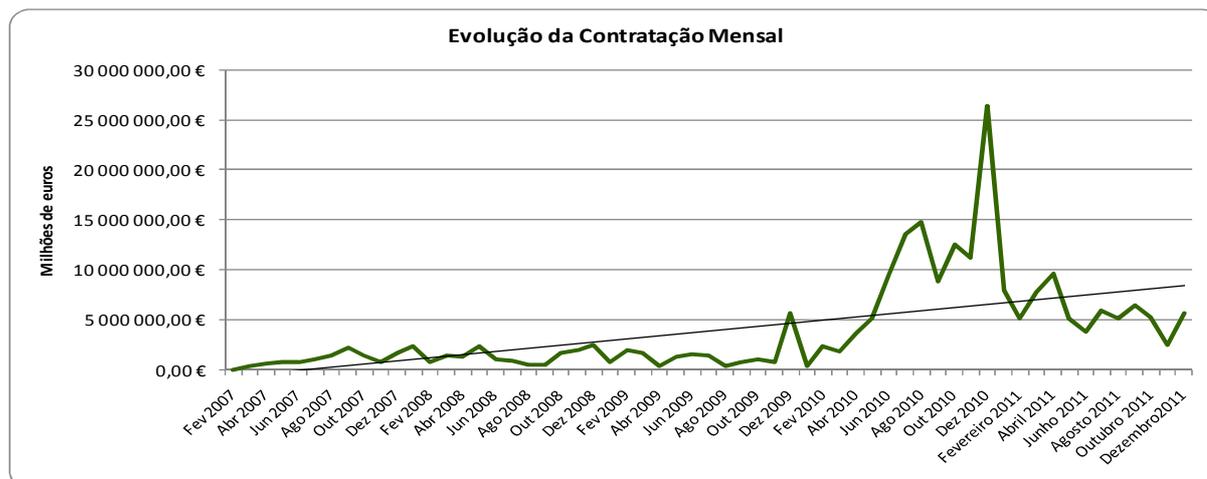


Como referido anteriormente, o crescimento da Sociedade no ano de 2011 deveu-se sobretudo à intervenção nas Linhas PME Investe, embora em menor volume que no ano de 2010. O montante de garantias emitidas ao abrigo destas linhas atingiu 60,4 milhões de euros, com decréscimo de (33%) face ao período homólogo. De referir que a produção corrente da Sociedade, excluindo a atuação ao abrigo das Linhas PME Investe, apresentou um decréscimo de 53%, decorrente da grande dificuldade de acesso ao crédito fora das Linhas Especiais e da não adesão da Banca à linha PME AGRO ao longo de 2011, dado não ter havido da parte do IFAP um reajustamento das condições da referida linha, em especial dos seus preços.

Em termos globais, o desempenho da Sociedade ao nível da contratação de garantias decresceu 36,30% face a 2010.



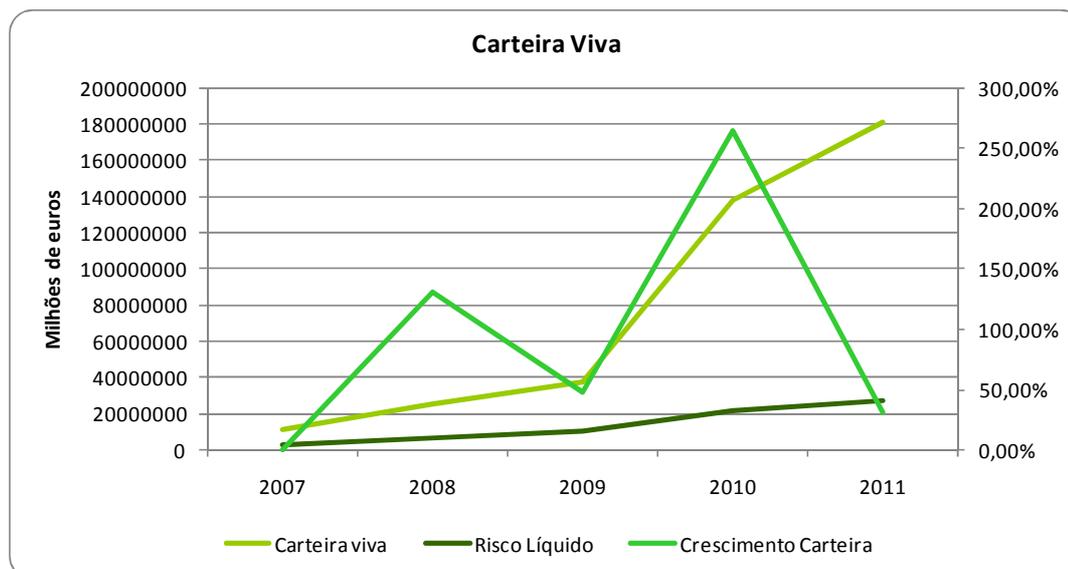
Para além do nível de produção referido anteriormente, o ano de 2011 representou um desafio à capacidade da estrutura produtiva da Agrogarante no que respeita ao processo de formalização de operações particularmente na contratação de garantias ao abrigo das linhas específicas para Micro e Pequenas Empresas.



Apesar do decréscimo dos montantes contratados, o valor médio de garantia concretizado em relação ao período homólogo aumentou em 12,24% situando-se nos € 83,4 mil euros, permitindo afirmar que a prospeção e análise de novas operações tem vindo a tornar-se mais eficiente e produtiva ao longo

de todo o processo.

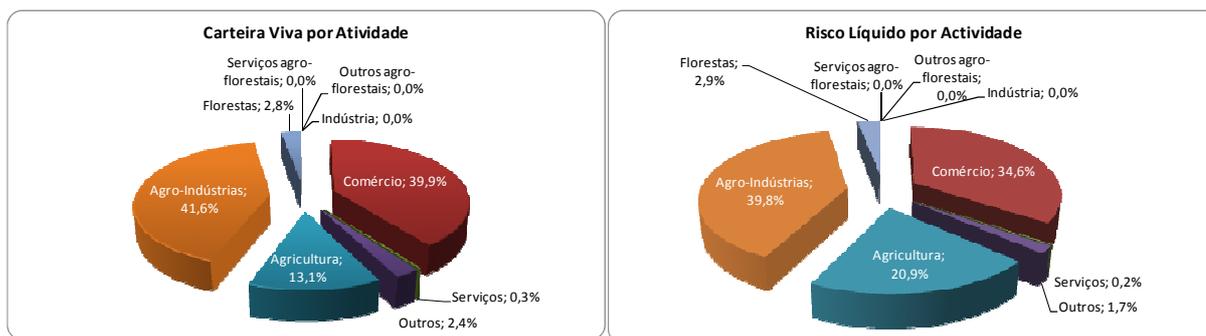
Verificou-se em 2011 um crescimento da carteira de 31,37%, face ao período homólogo anterior. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por um aumento do nível de contragarantia do FCGM permitindo que o ritmo de crescimento do risco líquido seja significativamente inferior à taxa de crescimento da carteira. No final de 2011 a contragarantia média da carteira situava-se em 84,95%, sendo o risco líquido assumido pela Agrogarante de 15,05%.



Da desagregação da carteira por atividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector Agroindustrial que corresponde a 41,6% do montante garantido, apresentando um valor de garantia médio na ordem dos € 116,2 mil euros e representando 10,8 milhões de euros (39,76%) de risco líquido.

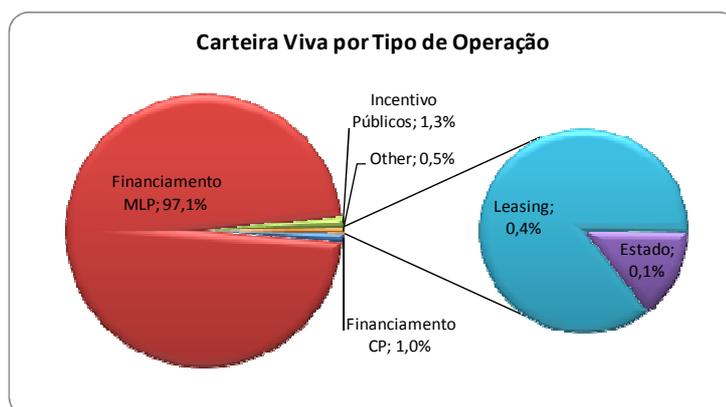
O sector do Comércio por Grosso assume também uma posição relevante na atividade da Agrogarante, representando 39,87% da carteira viva, com um valor de garantia médio de € 60,02 mil euros, traduzido num risco líquido de 34,62%.

O sector da Agricultura representa 13,05% da carteira viva com um valor de garantia médio de € 92,3 mil de euros, representando 10,2% de garantias vivas.

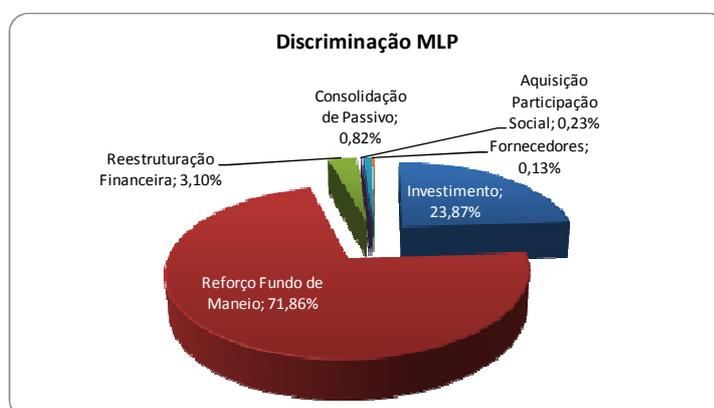


No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração através da intervenção em financiamentos de médio/longo prazo, com 2 451 garantias, que representam 97,1% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias é de 71,7 mil euros.

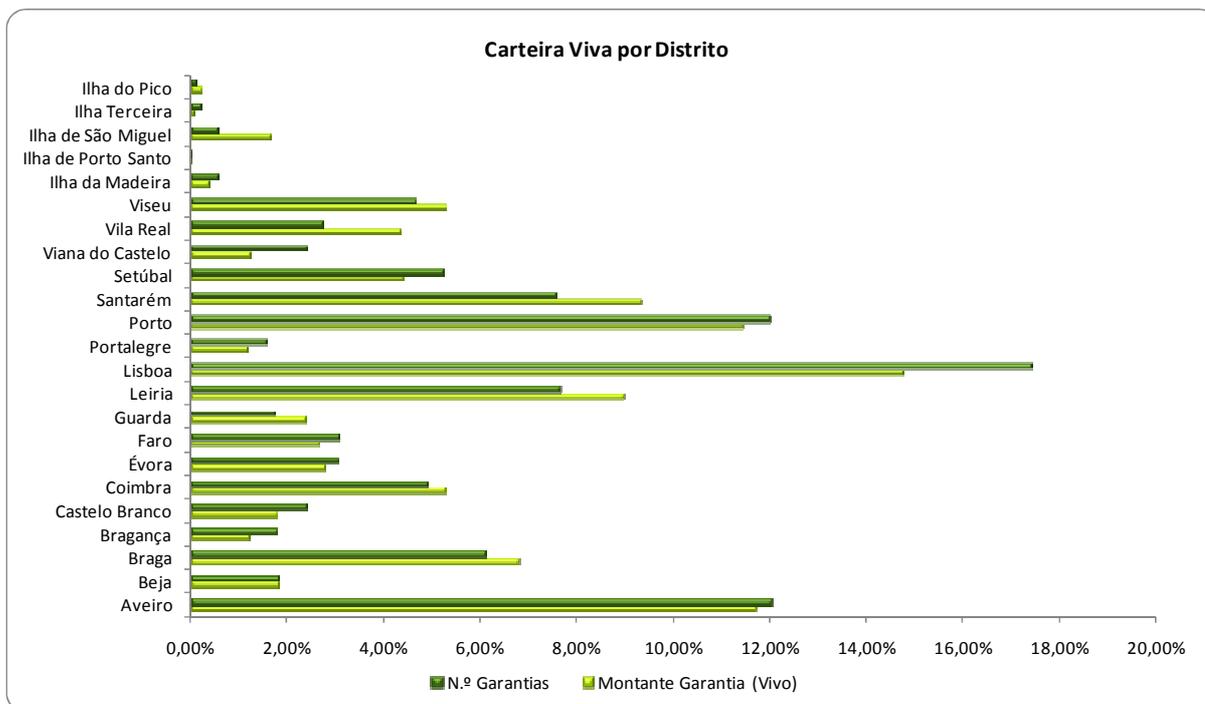
Destacam-se ainda, na carteira viva por tipo de operação, os financiamentos a incentivos públicos e os de curto prazo representando 1,3% e 1,0% respetivamente.



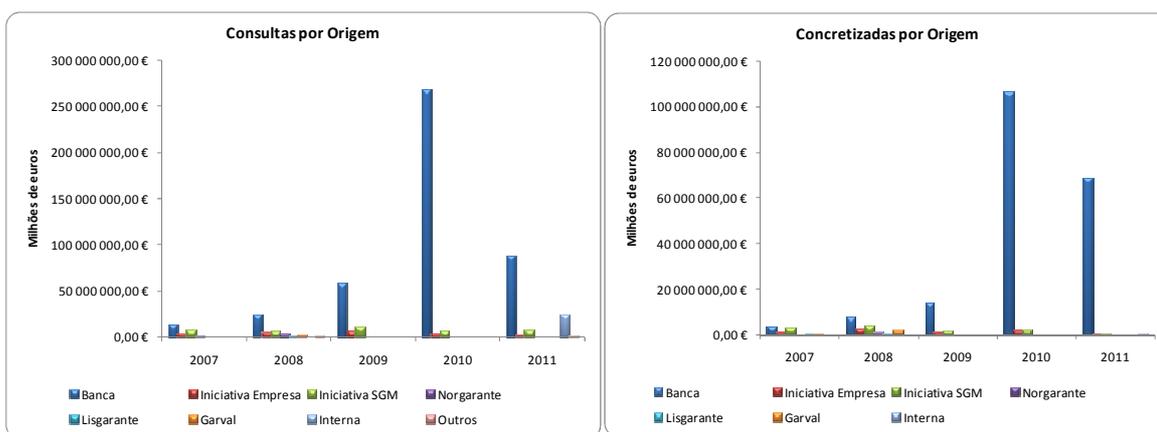
No que respeita ao montante de garantias vivas para financiamentos de médio e longo prazo, o grosso da carteira concentra-se em operações para Reforço de Fundo Maneio, representando 71,86% do total da carteira e para financiamentos a Investimentos 23,87% da carteira total.



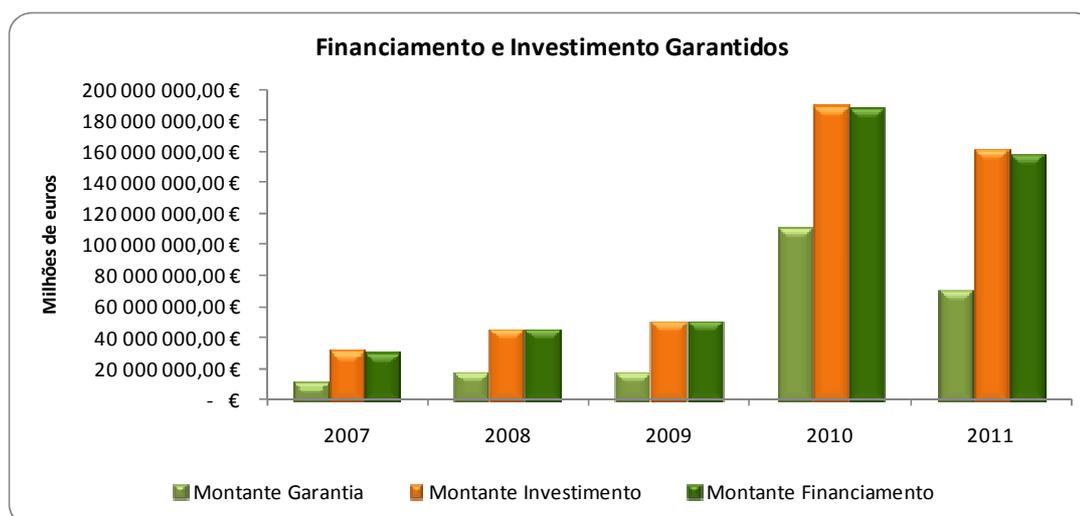
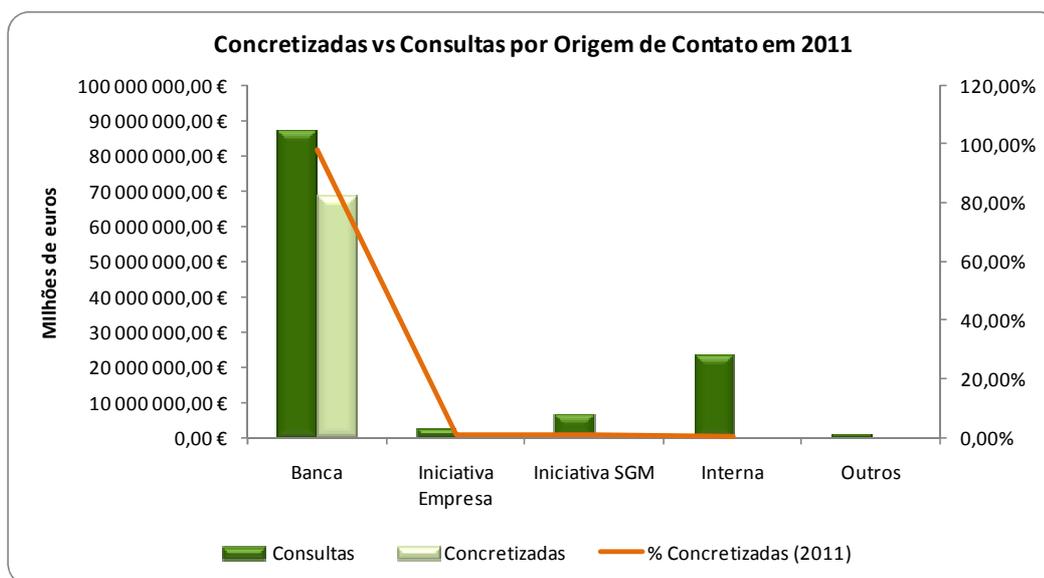
Da análise da Carteira Viva por Distrito, verifica-se uma clara concentração, quer em montante quer em número de garantias emitidas, nos distritos de Lisboa (17,40%), Aveiro (11,70%) e Porto (11,45%), seguindo-se os distritos de Santarém, Leiria, Braga, Coimbra, Viseu e Setúbal. A região Autónoma dos Açores obteve um forte crescimento de carteira, com 1,9 milhões de euros.



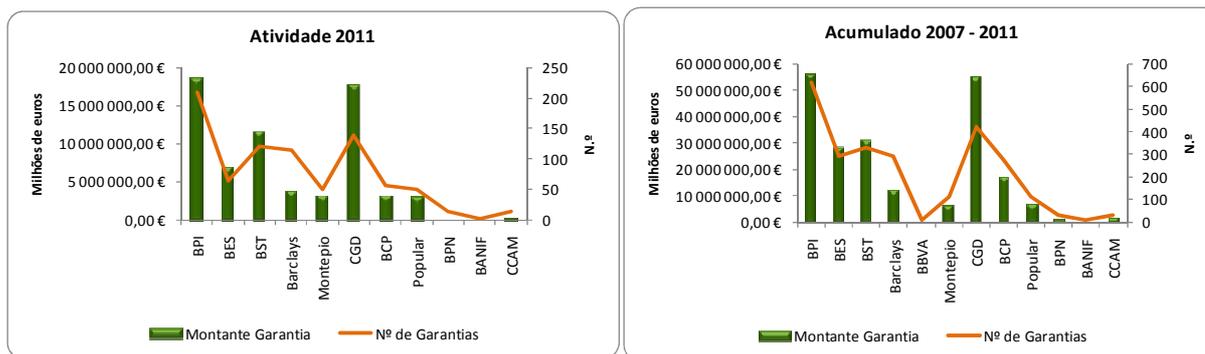
Por origem de consulta é visível uma preponderância das operações apresentadas no âmbito das linhas PME Investe.



As garantias emitidas em 2011 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 158 milhões de euros.

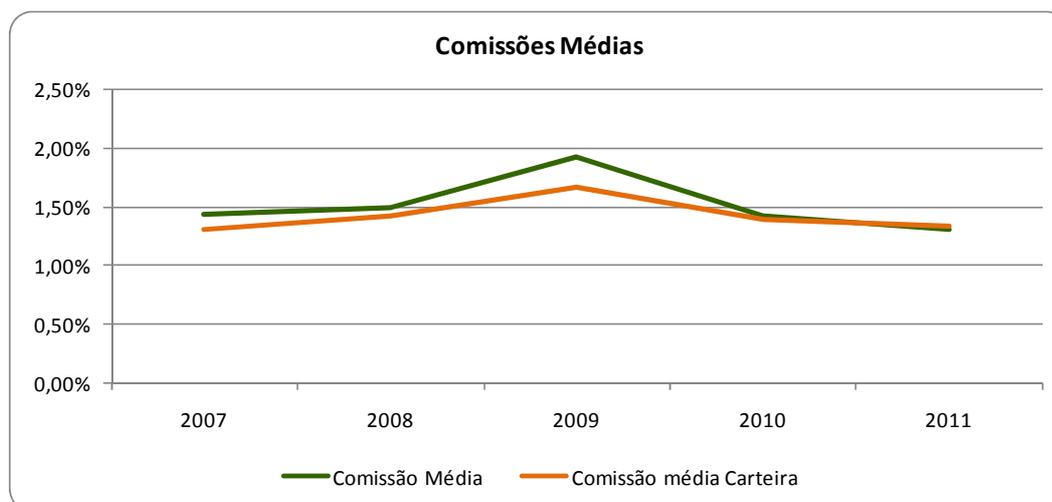


Ao nível da atividade desenvolvida no financiamento das empresas em colaboração com os Bancos, pode-se verificar uma proximidade relativa quanto a um primeiro grupo composto pelo Banco BPI e Caixa Geral de Depósitos, seguido de outro grupo composto pelo BES, BST, Millennium BCP e Barclays, funcionando estes como grandes dinamizadores da Garantia Mútua. Ainda que numa dimensão menor, destacam-se os desempenhos do Banco Popular, Montepio, CCAM, BPN, BBVA e Banif.



A Comissão média de garantias emitidas no final do exercício de 2011 foi de 1,30%, registando um decréscimo de 0,05 p.p. resultante da forte intervenção nas Linhas PME Investe, que veio a afetar negativamente a comissão média da carteira histórica, que era superior a 1,4%.

No que respeita à comissão média da carteira viva, regista-se um decréscimo de 0.05 p.p. em relação à comissão média do exercício do período homólogo anterior, apresentando atualmente uma percentagem de 1,34 %.



As garantias prestadas pela Agrogarante encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de Contra Garantia Mútuo (FCGM), num montante que assume o mínimo de 50% da garantia emitida. A carteira viva continuou a crescer em 2011, embora a um ritmo menor do que o ano homólogo, ascendendo a 181 milhões de euros no final de 2011, o que representa um crescimento de cerca de 31,37% face aos 137,8 milhões de euros registados no final do ano de 2010.

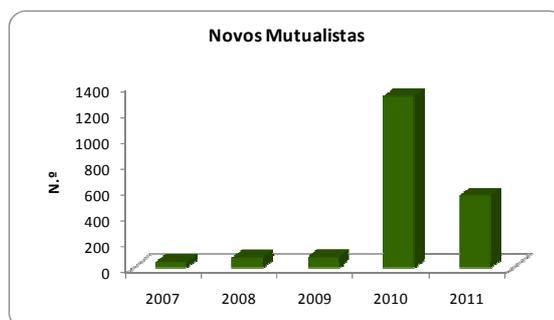
	Cobertura				
	2007-12-31	2008-12-31	2009-12-31	2010-12-31	2011-12-31
<b>Carteira Viva</b>	11 068 421,87 €	25 565 800,86 €	37 806 638,11 €	137 785 870,80 €	181 009 074,53 €
<b>FCGM</b>	8 145 276,09 €	18 758 414,89 €	27 758 394,60 €	115 910 008,05 €	153 759 581,43 €
<b>Risco Líquido</b>	2 923 145,78 €	6 807 385,97 €	10 048 243,51 €	21 875 862,75 €	27 249 493,10 €
<b>Taxa Cobertura</b>	73,59%	73,37%	73,42%	84,12%	84,95%

Evidencia-se em 2011 a manutenção da tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia representa 84,95 % da carteira viva sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Agrogarante de 15,05%. A alavancagem líquida sobre o capital Social da Agrogarante situou-se em 2,27%.

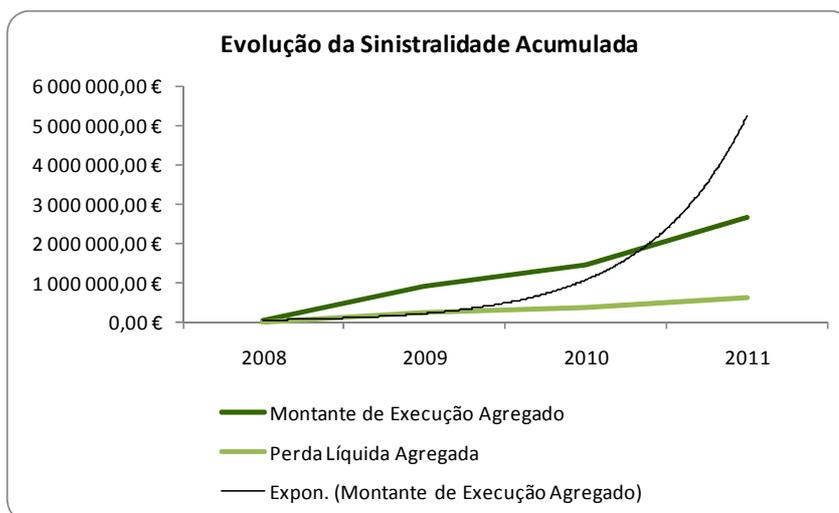
	Alavancagem				
	2007-12-31	2008-12-31	2009-12-31	2010-12-31	2011-12-31
<b>Carteira Viva</b>	1,84	4,26	6,30	11,48	15,08
<b>FCGM</b>	1,36	3,13	4,63	9,66	12,81
<b>Risco Líquido</b>	0,49	1,13	1,67	1,82	2,27

No final de 2011 a Agrogarante detinha 2 072 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo acionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de ações por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades perante a Agrogarante, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.

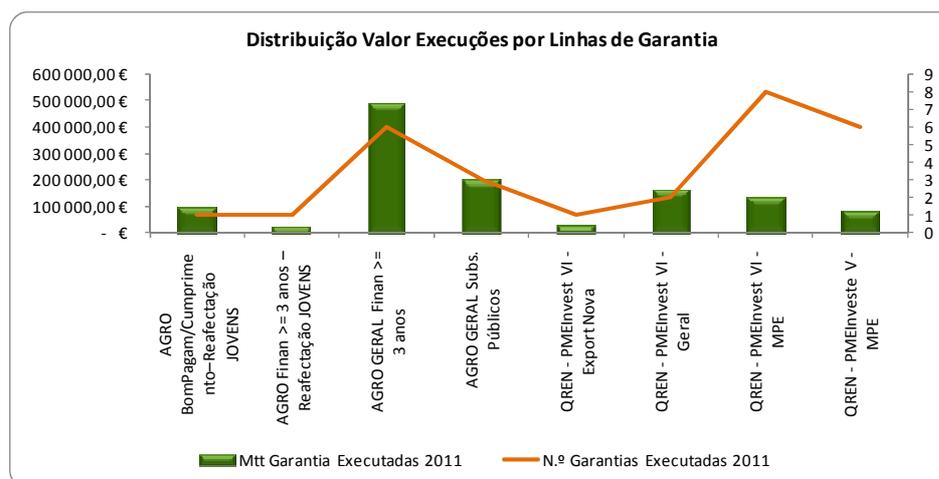
Dados de Atividade	2011
Novos Mutualistas	555
Total Mutualistas	2072
Comissão Média do Ano	1,30%
Comissão Média Carteira	1,34%



No que respeita à Evolução da Sinistralidade a Agrogarante apresenta ao longo da sua atividade económica, em termos acumulados, um montante de € 2,66 milhões de euros, com 40 pedidos de execuções. A tendência é para um crescimento significativo do pedido de execuções devido à conjuntura atual.



Os pedidos de execuções têm tido uma maior afluência em número nas linhas especiais PME Investe, linha específica MPE.



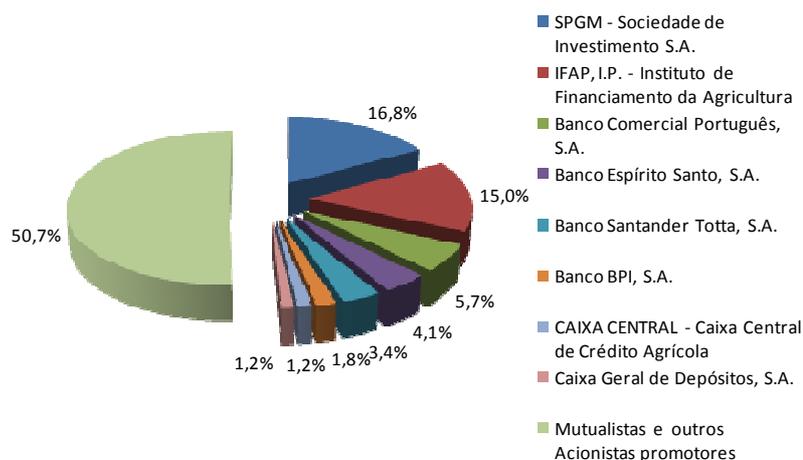
### 4.3. Gestão de Riscos

A função de gestão de riscos da Agrogarante é efetuada de forma centralizada pelo Departamento de Gestão de Risco (DGR), abrangendo a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes de modo a que os mesmos se mantenham a níveis adequados não afetando a sua solvabilidade. Dada a natureza da sua atividade o risco de crédito reveste-se devido à sua materialidade, de uma importância especial, no entanto a Agrogarante faz o acompanhamento de todos os riscos a que se encontra exposta nomeadamente o risco operacional, de *compliance* e reputacional.

Ao nível do risco de crédito tem sido seguida, pela Agrogarante, uma política de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de garantias, que abrange todos os clientes tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das garantias. Pela sua importância estratégica, a gestão de renegociações e recuperações é uma atividade à qual a Agrogarante atribui uma importância fundamental privilegiando a solução negocial, de modo a que a normal relação com o cliente possa ser alcançada no menor tempo possível. Caso a solução negocial não seja possível, a área de recuperações procurará recuperar os créditos recorrendo à via judicial.

A gestão do risco operacional baseia-se fundamentalmente na identificação, medição, avaliação e controlo e mitigação do respetivo risco com vista à gestão integral e efetiva assente num melhor conhecimento dos processos internos.

A Agrogarante é participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IFAP, I.P., pela SPGM, bem como por várias Instituições Bancárias como a CGD, BBPI, BCP, BES, BST e a CCCAM de acordo com o representado no gráfico abaixo.



#### 4.4. Solvabilidade

Os requisitos de fundos próprios são calculados no enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método padrão para risco de crédito e do indicador básico para o risco operacional. Em 31 de Dezembro de 2011 o rácio de solvabilidade da sociedade situava-se em 19,6%, consideravelmente acima dos níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

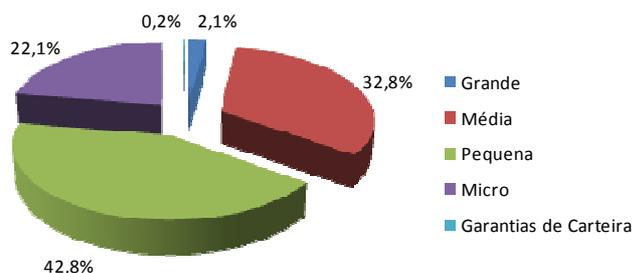
Rubricas	2011	2010	Varição
<b>Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade</b>	11 439 873 €	11 235 456 €	204 417 €
<b>Fundos próprios de base</b>	11 167 378 €	11 182 708 €	-15 330 €
Capital elegível	12 000 000 €	12 000 000 €	0 €
Reservas e Resultados elegíveis	-757 445 €	-757 445 €	0 €
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	-75 178 €	-59 847 €	-15 331 €
<b>Fundos próprios complementares</b>	272 495 €	52 748 €	219 747 €

Rubricas	2011	2010	Varição
<b>Requisitos de fundos próprios</b>	4 658 477 €	3 932 573 €	725 904 €
<b>Requisitos de fundos próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transações incompletas</b>	4 415 290 €	3 807 643 €	607 647 €
Método Padrão	4 415 290 €	3 807 643 €	607 647 €
Instituições	2 642 741 €	2 321 381 €	321 360 €
Carteira de retalho	1 383 472 €	1 160 023 €	223 449 €
Posições garantidas por bens imóveis	86 923 €	93 214 €	-6 291 €
Elementos vencidos	958 €	672 €	286 €
Outros elementos	301 196 €	245 633 €	55 563 €
(-) Provisões para risco gerais de crédito	0 €	-166 011 €	166 011 €
<b>Requisitos de fundos próprios para risco operacional</b>	243 187 €	124 930 €	118 257 €
Método do Indicador Básico	243 187 €	124 930 €	118 257 €
<b>Por memória:</b>			
<b>Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios</b>	6 781 396 €	7 302 883 €	-521 487 €
<b>Rácio de Solvabilidade (%)</b>	19,6%	22,9%	-3,3%

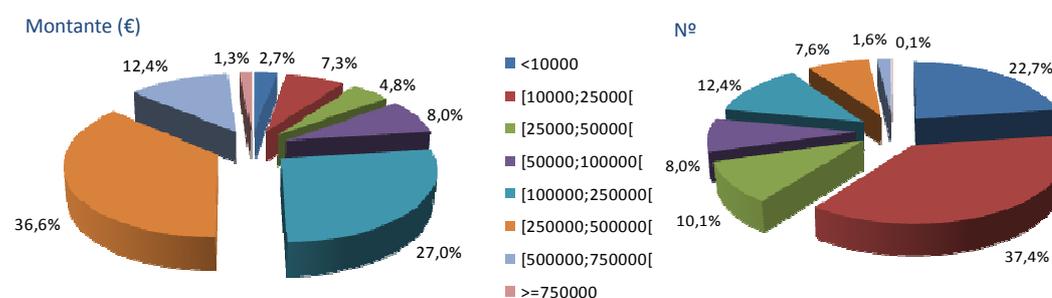
Os fundos próprios da Agrogarante aumentaram cerca de 204 mil euros quando comparados com o exercício anterior. Ao nível dos requisitos de fundos próprios estes sofreram um aumento de cerca de 725 mil euros fruto do aumento da carteira de garantias e respetiva contragarantia. O aumento dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional está diretamente relacionado com o aumento do resultado do exercício. A evolução do rácio de solvabilidade reflete o efeito combinado do aumento dos fundos próprios e diminuição dos requisitos de fundos próprios.

#### 4.5. Análise de concentração

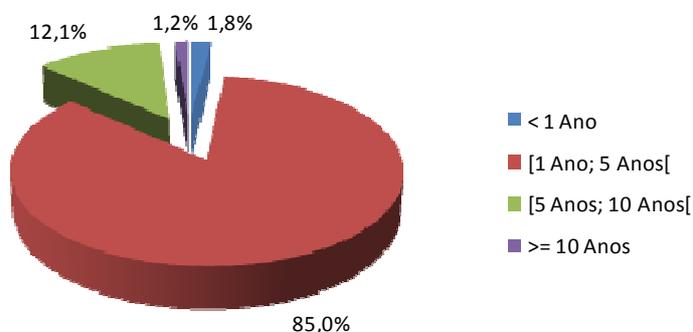
A carteira de garantias viva da Agrogarante ascendeu, no final de 2011, a 181 milhões de euros. Sendo a Agrogarante, à semelhança das outras sociedades integrantes do Sistema Nacional de Garantia Mútua, vocacionada para o apoio às PME, tem a sua carteira concentrada nesta tipologia de empresas, com cerca de 65% da sua carteira emitida a micro e pequenas empresas.



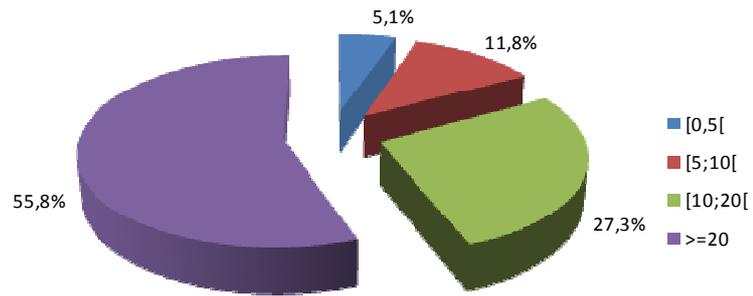
Esta orientação estratégica da sociedade é ainda visível na repartição da carteira viva por intervalo de montante de garantia viva. Em número, quase 60% das garantias vivas têm valor vivo abaixo dos 25 mil euros, em termos de valor, as garantias no intervalo dos duzentos e cinquenta aos quinhentos mil euros representa a maior parcela da carteira viva da sociedade.



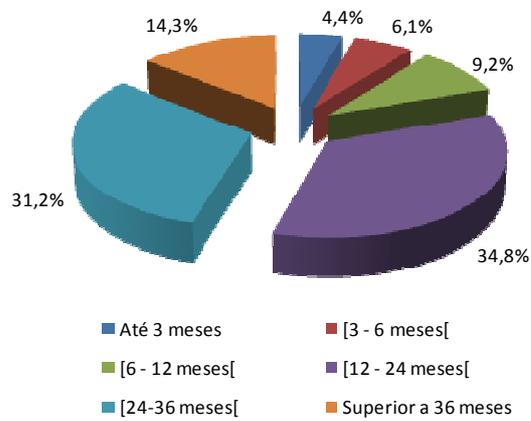
Relativamente ao prazo de vencimento residual da carteira, mais de 85% da carteira tem como prazo residual entre 1 e 5 anos.



Em termos de maturidade das empresas com garantias vivas à data de fecho de 2011, e apesar da sociedade apoiar os novos negócios (menos de 10 anos de existência), a baixa dimensão individual dessas garantias leva a que haja uma relativa concentração em empresas com bastante experiência de mercado (maturidade superior a 10 anos) o que em regra favorece a boa execução contratual.



Da análise da maturidade da carteira de crédito vencido resulta a concentração relativa em crédito vencido há mais de um ano.



#### **4.6. Política de Remunerações**

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efetivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os colaboradores da sociedade auferem o respetivo salário, podendo ser elegíveis para a atribuição de um prémio semestral de performance, nos termos de um modelo de avaliação definido, que contempla variáveis quantitativas e qualitativas. Por regra, só os colaboradores com mais de um ano de casa são elegíveis para prémios, e estes poderão atingir até um total anual de 2 meses de salário, sendo superiores apenas em casos absolutamente excecionais e analisados caso a caso entre as chefias respetivas e a Administração Executiva diária.

## 5. Análise económica e financeira

No exercício de 2011, a Agrogarante obteve um Resultado Antes de Impostos de cerca de 261,9 mil euros que corresponde a um significativo aumento face ao exercício de 2010 e representa 7,4% do valor total dos proveitos apurados.

Os Impostos Correntes estimados ascendem a 493 mil euros verificando-se um aumento, face a 2010, de 196,3%, sendo quase compensados pelo reconhecimento de Impostos Diferidos, que, em 2011, ascenderam 417,7 mil euros.

Este procedimento resulta, desde o exercício de 2007, da adaptação da contabilidade da Agrogarante, à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos. No ano de 2011 as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e os impostos diferidos resultantes das novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um ativo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Assim, a Sociedade obteve um lucro líquido de 186,6 mil euros que, comparado com um Resultado Líquido negativo de 237,1 mil euros obtido em 2010, representa um crescimento de 178,7%.

O Produto Bancário, no valor de 2,8 milhões de euros teve um aumento significativo – 97% - face ao ano anterior tendo para tal contribuído de forma positiva o crescimento registado nos proveitos associados à atividade da Sociedade em resultado da evolução crescente da mesma e para a qual foi importante a manutenção das linhas PME Investe, nomeadamente a PME Investe VI – Aditamento.

RESULTADO	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	3 537 172,57	100,00	1 853 755,06	100,0	1 683 417,51	90,8
Total de Custos	3 275 233,32	92,59	2 171 226,78	117,1	1 104 006,54	50,8
Resultado Antes de Impostos (1)	261 939,25	7,41	- 317 471,72	-17,1	579 410,97	-182,5
Impostos correntes	-493 034,61	-13,94	- 166 413,92	-9,0	- 326 620,69	196,3
Impostos diferidos	417 669,78	11,81	246 790,48	13,3	170 879,30	69,2
Resultado do Exercício	186 574,42	5,27	- 237 095,16	-12,8	423 669,58	-178,7

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2011, 3,5 milhões de euros, refletindo um aumento de

90,8% quando comparado com o exercício anterior, com as componentes de proveitos com impacto financeiro - nomeadamente os Juros e Rendimentos Similares e os Rendimentos de Serviços e Comissões – a representarem cerca de 83,4% no seu conjunto.

A rubrica Rendimentos de Serviços e Comissões representa 62,4% do total dos proveitos, registando um crescimento significativo face ao ano anterior em virtude do já mencionado crescimento da atividade da Sociedade. Quanto à rubrica relativa a Juros e Rendimentos Similares, registou-se de igual forma um crescimento considerável devido, essencialmente, à obtenção de melhores taxas de remuneração dos capitais aplicados nas Instituições de Crédito.

Para além das componentes financeiras, contribuiu para o crescimento dos proveitos o aumento das Reposições e Anulações de Provisões do Exercício (209,1 mil euros).

PROVEITOS	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	742 063,86	20,98	312 961,27	16,9	429 102,59	137,1
Rendimentos de Serviços e Comissões	2 206 126,99	62,37	1 145 665,26	61,8	1 060 461,73	92,6
Outros Rendimentos de Exploração	42 571,36	1,20	44 228,69	2,4	- 1 657,33	-3,7
Reposições e Anulações de Provisões	462 522,81	13,08	253 411,70	13,7	209 111,11	82,5
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	83 887,55	2,37	97 488,14	5,3	- 13 600,59	-14,0
<b>TOTAL</b>	<b>3 537 172,57</b>	<b>100,00</b>	<b>1 853 755,06</b>	<b>100,0</b>	<b>1 683 417,51</b>	<b>90,8</b>

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O decréscimo das Reposições Associadas ao Crédito a Clientes é, em parte, explicado pela redução das recuperações de valores de crédito totalmente provisionados a 31 de Dezembro de 2010 mas também pelo menor montante de reposições de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em anos anteriores. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efetivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2011. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efetuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.

A variação na rubrica de Reposições e Anulações de Provisões é devida à redução das provisões económicas por ocorrência quer da concretização do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias) como, por oposição, pelo desaparecimento desses mesmos fatores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico). A análise desta rubrica não pode, no entanto, ser interpretada de forma isolada perante a componente de custos da mesma categoria de provisões, uma vez que a Agrogarante assumiu em 2011 a necessidade de

reforço global líquido da carteira de provisões económicas em 1 084,6 mil euros.

A ligeira diminuição de 3,7% relativamente ao exercício anterior verificada na rubrica de Outros Rendimentos de Exploração está relacionada com o decréscimo da rubrica Outros Proveitos de Exercícios Anteriores em 2011, face ao crescimento da componente de Ganhos Realizados em Ativos Tangíveis, no mesmo período.

GARANTIAS	Ano 2008		Ano 2009		Ano 2010		Ano 2011		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
AGRO JOVENS Tec./Boa Execução	5 631	0,3	5 631	0,0	2 864	0,0		0,0	-2 864	-100,0
AGRO GERAL Tec./Boa Execução					5 631	0,0		0,0	-5 631	-100,0
AGRO GERAL Bom Pagamento/Cumprimento	118 320	1,8	137 070	0,4	118 320	0,1	118 320	0,1	0	0,0
AGRO GERAL Finan. < 3 anos	1 726 535	5,9	2 467 769	6,5	1 686 667	1,2	1 346 191	0,7	-340 476	-20,2
AGRO GERAL Finan. >= 3 anos	21 612 332	87,9	32 209 482	85,2	34 479 567	25,0	25 449 443	14,1	-9 030 124	-26,2
AGRO JOVENS Finan. >= 3 anos	884 800	1,0	753 300	2,0	1 273 477	0,9	1 725 844	1,0	452 368	35,5
AGRO GERAL Subs. Públicos	1 020 909	1,0	1 974 296	5,2	1 974 296	1,4	1 501 417	0,8	-472 878	-24,0
AGRO JOVENS Subs. Públicos	73 950	1,0	162 918	0,4	241 385	0,2	568 728	0,3	327 343	135,6
AGRO JOVENS Subs. Públicos Reaf.					246 422	0,2	314 118	0,2	67 697	27,5
AGRO JOVENS Finan < 3 anos Reaf.					130 454	0,1	379 964	0,2	249 510	191,3
AGRO JOVENS Finan >= 3 anos Reaf.					9 080 718	6,6	16 405 891	9,1	7 325 173	80,7
AGRO JOVENS Finan < 3 anos					27 300	0,0	27 300	0,0	0	0,0
AGRO LEASING 50%	123 324	1,0	96 173	0,3	821 567	0,6	705 082	0,4	-116 485	-14,2
AGRO JOVENS Bom Pagamento/Cumprimento Reaf.							78 864	0,0	78 864	
IEFP - Microcréditos							360 000	0,2	360 000	
IEFP - Financiamentos							96 437	0,1	96 437	
QREN - PME Investe V - MPE					8 624 165	6,3	6 124 991	3,4	-2 499 174	-29,0
QREN - PME Investe V - Geral					19 048 931	13,8	17 238 117	9,5	-1 810 815	-9,5
QREN - PME Investe V - Geral Nova					9 467 655	6,9	8 544 656	4,7	-922 998	-9,7
QREN - PME Investe VI - MPE					8 870 805	6,4	8 488 200	4,7	-382 605	-4,3
QREN - PME Investe VI - Geral					28 844 461	20,9	39 161 499	21,6	10 317 037	35,8
QREN - PME Investe VI - Export					8 017 436	5,8	10 755 046	5,9	2 737 609	34,1
QREN - PME Investe VI - Export Nov					4 823 750	3,5	6 324 255	3,5	1 500 505	31,1
QREN Investe - Financ. até 1 Mio							243 743	0,1	243 743	
QREN Investe - Financ. Sup. 1 Mio							320 000	0,2	320 000	
QREN - PME Invest VI Adit - MPE							3 103 121	1,7	3 103 121	
QREN - PME Invest VI Adit - Geral							7 237 499	4,0	7 237 499	
QREN - PME Invest VI Adit - Export							1 463 913	0,8	1 463 913	
QREN - PME Invest VI Adit - Exp Nova							776 000	0,4	776 000	
QREN - PME Invest VI Adit - Expor 90%							3 616 418	2,0	3 616 418	
QREN - PME Invest VI Adit - Exp. Nova 90%							450 000	0,2	450 000	
QREN - PME Invest VI Adit - Geral 90%							17 322 284	9,6	17 322 284	
QREN - PME Invest VI Adit - MPE 90%							185 603	0,1	185 603	
QREN - PME Invest VI - MPE 80%							161 845	0,1	161 845	
QREN - PME Invest VI - Geral 80%							414 286	0,2	414 286	
<b>TOTAL</b>	<b>25 565 801</b>	<b>100,2</b>	<b>37 806 638</b>	<b>100,0</b>	<b>137 785 871</b>	<b>100,0</b>	<b>181 009 075</b>	<b>100,0</b>	<b>43 223 204</b>	<b>31,4</b>

Em 2011, a carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 31,4% quando comparada com o ano anterior, e é resultado do crescimento operacional da Agrogarante em grande medida por força da intervenção nas linhas de crédito PME Investe.

Os custos totalizaram em 2011, cerca de 3,3 milhões de euros evidenciando um aumento de cerca de 1,1 milhões de euros em relação ao exercício anterior. Esta variação é devida ao crescimento de todas as rubricas de custos, com exceção da rubrica de Amortizações do Exercício.

Na sequência do aumento do crédito vencido junto do sistema financeiro e do risco global da carteira,

o Conselho de Administração definiu como orientação estratégica a obtenção de um nível de provisionamento económico e anti-ciclo sobre a carteira líquida de contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo de 10%, o que conduziu a um reforço líquido de reposições, de cerca de 1,46 milhões de euros.

CUSTOS	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	15 483,52	0,44	12 506,19	0,7	2 977,33	23,8
Encargos com Serviços e Comissões	120 410,30	3,40	46 741,57	2,5	73 668,73	157,6
Gastos Gerais Administrativos	266 474,89	7,53	202 041,88	10,9	64 433,01	31,9
Gastos com Pessoal	479 383,19	13,55	435 427,13	23,5	43 956,06	10,1
Amortizações do Exercício	59 494,19	1,68	59 735,97	3,2	- 241,78	-0,4
Outros Encargos de Exploração (2)	20 074,01	0,57	4 982,07	0,3	15 091,94	302,9
Provisões do Exercício	1 981 290,22	56,01	1 173 057,69	63,3	808 232,53	68,9
Correções Associadas ao Crédito a Clientes	332 623,00	9,40	236 734,28	12,8	95 888,72	40,5
<b>Total de Custos antes de Impostos</b>	<b>3 275 233,32</b>	<b>92,59</b>	<b>2 171 226,78</b>	<b>117,1</b>	<b>1 104 006,54</b>	<b>50,8</b>

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

A rubrica Correções Associadas ao Crédito, na qual são registadas as provisões para cobertura de garantias sinistradas e pagas, bem como as notas de débito e faturas não pagas pelos clientes, registou um aumento considerável. Tal decorre da atual conjuntura económica e deterioração das condições económicas e financeiras do tecido empresarial português, que conduziu a que o nível de crédito malparado tenha registado uma subida particularmente acentuada desde 2008. Note-se que a política da Sociedade é de provisionar integralmente todas as garantias pagas, no ano em que ocorre o pagamento, e sem prejuízo de eventuais prazos mais vantajosos que pudessem decorrer do aviso do Banco de Portugal sobre a matéria.

O crescimento em cerca de 73,7 mil euros da rubrica de Encargos com Serviços e Comissões decorre dos montantes contragarantidos pelo FCGM em 2010.

No seguimento dos ajustamentos organizacionais da Sociedade houve necessidade de ajustar a estrutura base da mesma, sendo este facto relevado nas variações positivas ocorridas quer na rubrica Gastos com Pessoal, com uma variação positiva de cerca de 44 mil euros, quer na rubrica de Gastos Gerais Administrativos, com um aumento de cerca de 31,9%.

O valor do Ativo líquido da Agrogarante, em Dezembro de 2011, é de cerca de 16,2 milhões de euros, superior em cerca de 2 milhões de euros face a 2010. Este acréscimo evidencia-se, essencialmente, no aumento da liquidez da Sociedade (cerca de 1,6 milhões de euros) o qual resulta do incremento da atividade operacional da Sociedade.

Com um valor de Capitais Próprios de aproximadamente 11,4 milhões de euros, a Agrogarante apresenta uma autonomia financeira de 70,55%.

É de assinalar também que, das responsabilidades extrapatrimoniais decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas acionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 181 milhões de euros, encontram-se diretamente contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo 153,8 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Agrogarante ascendem a 27,2 milhões de euros.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades.

## 6. Perspetivas Futuras

O ano de 2011 confirmou uma conjuntura económica adversa e ficou marcado, no que respeita à atividade da Agrogarante, pela participação nas Linhas PME Investe. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade e do risco da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas, será um dos focos de atuação da Sociedade.

Por outro lado, a expectativa de manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

A manutenção das medidas de apoio governamental através da Linha PME Crescimento, para além de outras medidas que se espera venham a ser implementadas, nomeadamente o alargamento da intervenção no sector das pescas e o reforço da participação do sector primário puro no total das operações, com reforços para o FCGM originários em dotações do Ministério da Agricultura, poderão potenciar o crescimento da sociedade, ou pelo menos permitir a manutenção dos valores já verificados em anos anteriores. Novamente a Sociedade terá o repto de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir em prol das PME nacionais.

Para o ano de 2012 mantém-se como desafio à sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projetos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda dinamizar significativamente a base existente de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição das Linhas PME do tipo PME Crescimento, que implicam elevados picos de produção. A aproximação direta ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Agrogarante, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após cinco anos de intervenção junto do mercado, a Agrogarante pretende continuar e reforçar a sua atividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de atividade é demonstrativa da recetividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto

dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários.

No período que agora se inicia está prevista a manutenção de uma estratégia de maior proximidade com as empresas. Está prevista a abertura de uma agência no norte do país e a Sociedade continuará a estudar a possibilidade de, a prazo, realizar a abertura de novas agências.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respetivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Agrogarante melhorar o acompanhamento efetivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

Finalmente, a melhoria contínua dos serviços da sociedade aos seus mutualistas leva-nos a colocar a hipótese de avançar, ainda em 2012, se possível, ou logo que a conjuntura e o nível de atividade o permitam, para um patamar adicional ao nível da assessoria especializada (não consultadoria pura de mercado, pois esse não é o fito da sociedade), tendo em vista o incremento de valor às soluções de financiamento apresentadas às empresa e, através delas, o desenvolvimento do País.

## 7. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Acionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2011, encontraram na Agrogarante o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua. A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a confirmação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial tanto para as empresas como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente manifestado por novas empresas e instituições bancárias.

Ao IAPMEI, ao Gabinete do Gestor do COMPETE, ao IFAP, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Economia e da Inovação, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e à PME Investimentos, bem como aos Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME nacionais.

Expressamos também aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respetivas áreas de atuação. Aos nossos auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Garval, Lisgarante e Norgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem prestado à Agrogarante e que lhe permitiu, desde o primeiro momento, a concentração na atividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Agrogarante um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

## 8. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado positivo apurado no exercício de 2011, no valor de € 186 574,42:

i. Para reserva legal	€ 18 657,00
ii. Para fundo técnico provisão	€ 26 193,93
iii. Para resultados transitados	€ 141 723,49

Coimbra, 22 de Fevereiro de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

João de Deus Pires Asseiro

### III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

#### BALANÇO

	Nota(s)	2011		2010	
		Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)	Valor líquido
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	4.1	1 250,00		1 250,00	1 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.2	567 551,39		567 551,39	204 635,91
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda					
Aplicações em instituições de crédito	4.3	10 844 198,82		10 844 198,82	11 588 669,06
Crédito a clientes	4.4 e 4.10	629 719,24	615 987,31	13 731,93	10 343,69
Investimentos detidos até à maturidade	4.5	2 001 295,00		2 001 295,00	
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda					
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	4.6	1 669 885,33	267 051,06	1 402 834,27	1 358 474,79
Activos intangíveis	4.7	21 677,31	18 710,88	2 966,43	1 876,15
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos por impostos correntes					
Activos por impostos diferidos	4.8	863 778,05		863 778,05	446 108,27
Outros activos	4.9	503 267,17		503 267,17	635 717,23
<b>Total de Activo</b>		<b>17 102 622,31</b>	<b>901 749,25</b>	<b>16 200 873,06</b>	<b>14 247 075,10</b>
<b>PASSIVOS</b>					
	Nota(s)			2011	2010
Passivos Eventuais				181 009 074,53	137 785 870,80
- Garantias e Avais	4.14			181 009 074,53	137 785 870,80
- Outros	4.14			-	-
Compromissos	4.14			4 677 785,00	3 388 355,00

	Nota(s)	2011	2010
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito			
Recursos de clientes e outros empréstimos			
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	4.10	3 004 202,60	1 485 435,19
Passivos por impostos correntes	4.11	354 830,61	150 104,76
Passivos por impostos diferidos			
Instrumentos representativos de capital			
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	4.12	1 412 710,11	1 368 979,83
<b>Total de Passivo</b>		<b>4 771 743,32</b>	<b>3 004 519,78</b>
<b>CAPITAL</b>			
Capital	4.13	12 000 000,00	12 000 000,00
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Acções próprias			
Reservas de reavaliação			
Outras reservas e resultados transitados	4.13	-757 444,68	-520 349,52
Resultado do exercício	4.13	186 574,42	-237 095,16
Dividendos antecipados			
<b>Total de Capital</b>		<b>11 429 129,74</b>	<b>11 242 555,32</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>16 200 873,06</b>	<b>14 247 075,10</b>

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

João de Deus Pires Asseiro

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

	Nota(s)	2011	2010
Juros e rendimentos similares	4.15	742 063,86	312 961,27
Juros e encargos similares	4.15	-15 483,52	-12 506,19
Margem financeira		726 580,34	300 455,08
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	4.16	2 206 126,99	1 145 665,26
Encargos com serviços e comissões	4.16	-120 410,30	-46 741,57
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos			
Outros resultados de exploração	4.17	22 497,35	39 246,62
Produto Bancário		2 834 794,38	1 438 625,39
Custos com pessoal	4.19	-479 383,19	-435 427,13
Gastos gerais administrativos	4.20	-266 474,89	-202 041,88
Amortizações do exercício	4.6 e 4.7	-59 494,19	-59 735,97
Provisões líquidas de reposições e anulações	4.10	-1 518 767,41	-919 645,99
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	4.10	-248 735,45	-139 246,14
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
Resultado antes de impostos		261 939,25	-317 471,72
Impostos			
Correntes	4.11	-493 034,61	-166 413,92
Diferidos	4.8	417 669,78	246 790,48
Resultado após impostos		186 574,42	-237 095,16
Resultado por ação		0,02	-0,02

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

João de Deus Pires Asseiro

**O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

	Ano 2011	Ano 2010
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e outros custos pagos	-5 234,41	-1 343,31
Serviços e comissões pagos	-146 821,46	-70 883,59
Garantias	-1 214 689,30	-548 024,71
Fornecedores	-290 708,53	-146 115,64
Pessoal	-447 934,95	-417 107,02
Imposto sobre o lucro	-288 308,76	-34 175,62
Outros pagamentos	-128 101,02	-57 668,11
	-2 521 798,43	-1 275 318,00
Recebimentos provenientes de:		
Juros e outros proveitos recebidos	9,40	
Serviços e comissões recebidos	2 547 198,86	970 307,44
Contragarantia FCGM	971 948,91	413 768,76
Recuperações Crédito Vencido	67 643,64	44 864,37
Outros recebimentos	13 150,74	
	3 599 951,55	1 428 940,57
<i>Fluxo de caixa das Actividades Operacionais</i>	1 078 153,12	153 622,57
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de outros activos tangíveis	-69 937,81	-9 506,45
Aquisição de outros activos intangíveis	-3 567,00	-708,00
Investimentos financeiros	-38 172 435,00	-33 915 625,00
	-38 245 939,81	-33 925 839,45
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	666 122,89	301 015,89
Investimentos financeiros	36 952 100,00	27 597 625,00
	37 618 222,89	27 898 640,89
<i>Fluxo de caixa das Actividades de Investimento</i>	-627 716,92	-6 027 198,56
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Rendas de locação financeira	-87 520,72	-104 152,53
	-87 520,72	-104 152,53
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		6 000 000,00
	0,00	6 000 000,00
<i>Fluxo de caixa das Actividades de Financiamento</i>	-87 520,72	5 895 847,47
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	362 915,48	22 271,48
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	205 885,91	183 614,43
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	568 801,39	205 885,91

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

João de Deus Pires Asseiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

---

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

### 1. INTRODUÇÃO

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., adiante designada simplesmente por Agrogarante, iniciou a sua atividade em Janeiro de 2007 e enquadra-se no Sistema Nacional de Garantia Mútua. A Agrogarante é participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IFAP, ip., bem como por várias instituições bancárias como BCP, BES, BST, BBPI, CCCAM e CGD, atuando junto das Pequenas e Médias Empresas (PME's) através da prestação de garantias para diversos fins.

O Sistema de Garantia Mútua é um sistema privado, mutualista, de apoio às PME's que se traduz fundamentalmente na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas aos seus investimentos e ciclos de atividade. A característica mutualista resulta do facto das empresas beneficiárias das garantias serem acionistas de Sociedades de Garantia Mútua (SGM).

O Sistema de Garantia Mútua nasceu por iniciativa pública, através do IAPMEI, sendo criada em 1994 uma sociedade piloto, a SPGM.

Desde 2 de Janeiro de 2003, existem 3 SGM (Garval, Lisgarante e Norgarante), para as quais foi transferida toda a atividade de prestação de garantias da SPGM. Em 2 de Janeiro de 2007 entrou em funcionamento a Agrogarante, especificamente destinada a apoiar o setor primário.

O Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta em três pilares:

- SGM, que prestam garantias em favor das PME's ou entidades representativas destas;
- Um fundo nacional de “resseguro” que cobre parte do risco das SGM, alavancando a sua capacidade de apoio às PME. Este mecanismo dotado de fundos públicos, é o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM);
- Uma entidade coordenadora de todo o sistema, que gere o FCGM e dinamiza, quer a criação e desenvolvimento das SGM, quer a imagem do produto garantia mútua em favor das PME's, ao mesmo tempo que presta serviços de BackOffice às entidades do sistema. Essa entidade é a SPGM, que funciona na prática como “holding” do sistema

A principal finalidade da Agrogarante é a de permitir que a dimensão das empresas possa ser menos relevante como fator a considerar na obtenção dos financiamentos em condições justas e adequadas.

Em 2011, a atividade corrente incluiu as seguintes ações:

- Prestação de garantias e de serviços de assessoria financeira;
- Gestão administrativa corrente e dos ativos financeiros, incluindo o seu planeamento e controlo;
- Gestão dos contratos e das operações garantidas, nomeadamente no que concerne ao risco de incumprimento e medidas de proteção dos ativos.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais da Agrogarante foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e na Instrução nº 9/2005, de 11 de Março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo nº 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As Normas de Contabilidade Ajustadas seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, exceto quanto às seguintes matérias:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;
- a valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) regista os créditos pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;
- sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes às garantias prestadas deverão ser, igualmente, especializados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de Reavaliação Legais”.

### 2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras da Agrogarante.

### **2.2.1. REGIME DE ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)**

A Sociedade segue o regime de acréscimo (periodização económica) em todas as rubricas de custos e proveitos.

### **2.2.2. CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER**

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são especializados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por garantias prestadas são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida dos contratos.

A Sociedade classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

### **2.2.3. PROVISÕES E CORREÇÃO DE VALORES ASSOCIADOS A CRÉDITO A CLIENTES**

A Agrogarante constitui os seguintes tipos de provisões:

#### **A. No Passivo**

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, apresentada na rubrica de provisões. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo devedor de clientes;
- b. Uma provisão para garantias vivas, destinada a cobrir riscos económicos potenciais e anti-ciclo, associados à carteira de garantias vivas, apresentada também, na rubrica de provisões;

#### **B. No Ativo**

Correções associadas a crédito e juros a clientes, apresentadas como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculadas:

- a. Em relação às garantias acionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos;

- b. Em relação a notas de débito emitidas relativas às comissões de garantias, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respetivo crédito, constante no nº 2 do artigo 3.º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o nº 5, e avaliada nos termos do nº 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

#### **2.2.4. ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)**

Os ativos tangíveis utilizados pela Agrogarante para o desenvolvimento da sua atividade são reconhecidos pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade (quando um ativo está em imparidade é reconhecida uma perda por imparidade, devidamente evidenciada na demonstração de resultados).

A amortização dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

#### **Ativos tangíveis adquiridos em locação financeira**

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos tangíveis e as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos tangíveis são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

#### **2.2.5. ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)**

Os ativos intangíveis compreendem as despesas relacionadas com a aquisição de software e licenças informáticas e patentes. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

### **2.2.6. LOCAÇÕES (IAS 17)**

Os contratos de locação são classificados ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações financeiras caso se verifique o oposto.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação, enquanto que nas locações financeiras, as rendas são reconhecidas pelo custo financeiro e pela amortização do capital.

### **2.2.7. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE (IAS 39)**

A Sociedade classifica os seus ativos em obrigações do tesouro, como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39.

A Sociedade avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade e caso não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, se alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é reclassificada toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

### **2.2.8. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS (IAS 12)**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

O resultado tributável é apurado de acordo com as regras fiscais e a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de

lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados exceto os que se relacionam com valores registados diretamente em capitais.

A principal situação que origina diferenças temporárias nas demonstrações financeiras da Agrogarante corresponde a provisões não aceites para efeitos fiscais.

### **2.2.9 SERVIÇOS E COMISSÕES (IAS 18)**

O rédito compreende o valor dos serviços prestados aos clientes e das comissões cobradas aos mesmos.

O rédito proveniente das comissões de serviços apenas é reconhecido quando:

1. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
2. Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
3. A fase de acabamento da transação à data fim de exercício seja fiavelmente mensurada;
4. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **2.2.10 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES (IAS 18)**

O rédito proveniente do uso por outros de ativos da entidade que produzam juros deve ser reconhecido quando:

1. Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade;
2. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

### **2.2.11 EVENTOS SUBSEQUENTES (IAS 10)**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras

### 3. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS ÀS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela gestão, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Agrogarante incluem as abaixo apresentadas:

i) Determinação das provisões económicas e anti-ciclo

A determinação da provisão para garantias prestadas a clientes resulta de uma avaliação específica efetuada pela Agrogarante com base no conhecimento da realidade dos clientes. O objetivo das provisões anti ciclo é assegurar o nível de provisionamento económico que a Sociedade definiu no exercício.

ii) Avaliação dos colaterais nas operações

As avaliações dos colaterais das operações de garantia, nomeadamente, hipotecas de imóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão da garantia.

## 4. NOTAS

### 4.1. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2011	2010
CAIXA - EUROS	1 250,00	1 250,00
	1 250,00	1 250,00

### 4.2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2011	2010
DISPONIBILIDADE EM OUTRAS INSTITUIÇÕES CRÉDITO		
Depósitos Ordem	567 551,39	204 635,91
	567 551,39	204 635,91

### 4.3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2011	2010
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	10 844 198,82	4 995 302,15
De 3 meses a 1 ano		6 593 366,91
De 1 a 5 anos		
Mais de 5 anos		
Duração Indeterminada		
	10 844 198,82	11 588 669,06

A rubrica de aplicações financeiras releva os montantes das aplicações constituídas pela Agrogarante em depósitos a prazo, englobando o valor de juros vincendos que ascendem a esta data a cerca de 8 mil euros.

**4.4. CRÉDITO A CLIENTES**

	2011			2010		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
CREDITO A CLIENTES						
Até 3 meses	27 938,50	23 601,87	4 336,63	23 427,47	20 266,32	3 161,15
De 3 meses a 1 ano	96 363,89	90 232,68	6 131,21	97 609,49	91 476,33	6 133,16
De 1 a 5 anos	505 416,85	502 152,76	3 264,09	256 558,59	255 509,21	1 049,38
Mais de 5 anos						
Duração Indeterminada						
	629 719,24	615 987,31	13 731,93	377 595,55	367 251,86	10 343,69

Os créditos sobre clientes correspondem às dívidas de clientes resultantes da execução de garantias e da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo. Esta rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2010, consequência do aumento da sinistralidade ocorrida.

**4.5. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

	2011	2010
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE		
De Emissores Públicos	2 001 295,00	
	2 001 295,00	

A Sociedade classifica os seus ativos em obrigações do tesouro, como investimentos detidos até à maturidade uma vez que a intenção da Sociedade é deter estes investimentos até à maturidade.

Esta rubrica engloba o valor dos cupões vencidos que ascendem a esta data a cerca de 20 mil euros.

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazo de vencimentos, a 31 de Dezembro de 2011 é como se segue:

	2011
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE	
Até 3 meses	
De 3 meses a 1 ano	2 001 295,00
De 1 a 5 anos	
	<b>2 001 295,00</b>

#### 4.6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Regularizações		Alienações		Valor líquido 2011-12-31
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações	Amortização do exercício	V. Aquisição	
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis de serviço próprio									0,00
Obras									0,00
Equipamento	113 822,76	93 158,18	83 746,13				33 270,87	33 921,09	71 139,84
Imobilizações Loc. Financeira									
Imóveis	1 429 312,94	91 502,73	17 101,92				23 217,70		1 331 694,43
Equipamento	59 822,67	59 822,67							0,00
	<b>1 602 958,37</b>	<b>244 483,58</b>	<b>100 848,05</b>				<b>56 488,57</b>	<b>33 921,09</b>	<b>1 402 834,27</b>

O investimento realizado em ativos tangíveis, em 2011, é explicado pela aquisição de equipamento informático, mobiliário e de transporte (2 viaturas) de forma a dotar a equipa de todos os recursos necessários ao desenvolvimento da Sociedade.

Importa também realçar os aumentos registados no imobilizado em regime de locação financeira, na sequência de obras efetuadas nas instalações da Sociedade.

Em 2011 foi alienada uma viatura de serviço, totalmente amortizada, tendo originado uma mais valia em cerca de 10,5 mil euros.

#### 4.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Regularizações		Alienações		Valor líquido 2011-12-31
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações	Amortização do exercício	V. Aquisição	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Outras	17 581,41	15 705,26	4 095,90				3 005,62		2 966,43
	<b>17 581,41</b>	<b>15 705,26</b>	<b>4 095,90</b>				<b>3 005,62</b>		<b>2 966,43</b>

O valor investido em ativos intangíveis consistiu, essencialmente, na aquisição de licenças software.

#### 4.8. ATIVOS POR IMPOSTOS

	Saldo 2010-12-31	Reforços	Reposições	Regularizações	2011
<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS</b>					
Por diferenças temporárias em Passivos					
Em riscos gerais de crédito	57 971,04	23 373,10	9 132,99		72 211,15
Em provisões económicas	334 070,92	394 343,05	106 935,76		621 478,21
Em provisões para devedores diversos	1 598,37	2 955,38	3 377,95		1 175,80
Em provisões anti ciclo		101 248,56			101 248,56
	393 640,33	521 920,09	119 446,70		796 113,72
Por diferenças temporárias em Activos					
Em correcções associadas ao crédito vencido	52 467,94	36 849,79	21 653,40		67 664,33
	52 467,94	36 849,79	21 653,40		67 664,33
	446 108,27	558 769,88	141 100,10		863 778,05

O crescimento da sinistralidade, já mencionado anteriormente, teve como consequência o reforço, neste exercício, do nível dos Impostos Diferidos para Correções Associadas ao Crédito Vencido.

A conjuntura económica do nosso país, no ano de 2011, fez com que a Sociedade procedesse ao aumento das suas provisões económicas e constituísse provisões anti-ciclo, com impacto no aumento dos impostos diferidos para este tipo de provisionamento.

No que respeita às provisões económicas é também visível a reposição dos Impostos Diferidos constituídos no exercício anterior. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

O crescimento da carteira viva da Sociedade traduz-se num aumento das provisões para riscos gerais de crédito refletindo o acréscimo dos impostos diferidos para riscos gerais de crédito face a 2010.

**4.9. OUTROS ATIVOS**

	2011	2010
<b>OUTROS ACTIVOS</b>		
Devedores e outras aplicações	444 524,70	603 988,28
Devedores por capital não realizado		
Outros activos	10 000,00	10 000,00
	<b>454 524,70</b>	<b>613 988,28</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Rendimentos a receber		13 388,80
Despesas com encargo diferido	11 600,84	5 348,91
Adiantamentos fornecedores	795,47	1 584,99
Outras contas de regularização	36 346,16	1 406,25
	<b>48 742,47</b>	<b>21 728,95</b>
	<b>503 267,17</b>	<b>635 717,23</b>

No ativo, a rubrica de Devedores e Outras Aplicações, com um valor de 444,5 mil euros, é constituída, essencialmente, pelos valores faturados ao FINOVA, ao abrigo das linhas PME Investe, e que se encontram em processo de cobrança/validação conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas.

Em virtude de uma melhoria no processo de cobrança/validação dos valores faturados pelo FINOVA esta rubrica sofreu uma significativa diminuição face ao ano de 2010.

Os Outros Ativos, com um valor de 10 mil euros, dizem respeito à contabilização de obras de arte doadas à Sociedade em 2008.

Adicionalmente, no Ativo, a rubrica Despesas com Encargos Diferidos inclui cerca de 1,6 mil euros relativos a seguros a especializar no próximo exercício e 10 mil euros relativos a licenças de *software/hardware*. A rubrica Adiantamentos a Fornecedores, que ascende a 796 euros, respeita os valores pagos a solicitadores.

Nas Outras Contas de Regularização, estão incluídos os montantes de juros decorridos relativos às obrigações do Tesouro adquiridas pela Sociedade, cujo valor ascende a 36,2 mil euros.

## 4.10. PROVISÕES

	Saldo 2010-12-31	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	2011
<b>CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CREDITO VENCIDO</b>					
Crédito e Juros Vencidos	367 251,86	332 623,00		83 887,55	615 987,31
	367 251,86	332 623,00		83 887,55	615 987,31
<b>PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO</b>					
Aviso nº 3/95 B.P.	218 758,63	100 637,02		46 900,72	272 494,93
Plafonds					0,00
Outros	6 031,56	10 496,22		12 090,85	4 436,93
<b>PARA GARANTIAS</b>					
Económicas	1 260 645,00	1 488 086,97		403 531,24	2 345 200,73
Anti Ciclo		382 070,01			382 070,01
	1 485 435,19	1 981 290,22		462 522,81	3 004 202,60
	1 852 687,05	2 313 913,22		546 410,36	3 620 189,91

O quadro resumo das provisões reflete o crescimento da carteira viva da Sociedade que se traduz num aumento das Provisões para Risco Gerais de Crédito, associadas ao valor líquido de contragarantia de carteira, de 24,6% face ao exercício anterior. Paralelamente, o aumento da rubrica de Correções Associadas ao Crédito a Clientes está diretamente relacionado com o contínuo crescimento da sinistralidade que se tem verificado nos últimos anos.

A Agrogarante efetua ainda, com regularidade, a avaliação dos riscos relativos à sua carteira de garantias vivas tendo em vista a constituição de provisões para riscos económicos em nível adequado.

No exercício de 2011 o valor das Provisões Económicas e Anti Ciclo na Agrogarante, ascende a 2,7 milhões de euros registando um aumento (116,3%) face ao ano anterior. Este reforço reflete a ponderação de diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de Dezembro de 2011 e também à deterioração generalizada da condição financeira das empresas portuguesas.

## 4.11. CARGA FISCAL

	Ano 2011	Ano 2010	Ano 2009
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)			
Imposto corrente apurado no exercício	-493 034,61	- 166 413,92	- 20 497,37
Pagamentos por conta	138 204,00	14 112,00	
Pagamentos especiais por conta		2 197,16	2 630,86
	-354 830,61	- 150 104,76	- 17 866,51

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2011, com o valor aproximado de 493 mil euros, encontra-se já parcialmente liquidado através dos pagamentos por conta no valor de 138,2 mil euros.

	Ano 2011	Ano 2010	Ano 2009
REPORTE FISCAL			
Resultado antes de impostos (1)	261 939,25	-317 471,72	-322 079,27
Imposto corrente (2)	-493 034,61	-166 413,92	-20 497,37
Imposto diferido (3)	417 669,78	246 790,48	102 403,83
Imposto sobre o rendimento do período (4) = (2)+(3)	-75 364,83	80 376,56	81 906,46
Taxa Efetiva de imposto sobre o rendimento = (4) / (1)	28,77%	25,32%	25,43%

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

## 4.12. OUTROS PASSIVOS

	2011	2010
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		
Credores diversos	47 326,40	30 826,43
Fornecedores locação financeira	753 733,01	826 378,24
Outras exigibilidades	26 949,42	24 374,75
	<b>828 008,83</b>	<b>881 579,42</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
Encargos a pagar	66 772,87	62 398,25
Receitas com rendimento diferido	517 925,73	424 999,48
Outras contas de regularização	2,68	2,68
	<b>584 701,28</b>	<b>487 400,41</b>
	<b>1 412 710,11</b>	<b>1 368 979,83</b>

Nos Outros Passivos, a rubrica Credores Diversos diz respeito às dívidas correntes de fornecedores.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias e com um valor atual de 753,7 mil euros, representando 4,65% do valor do total do ativo líquido total da Sociedade. O valor líquido destes imóveis em regime de locação financeira ascende a 1 331,7 mil euros.

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 2011
<b>IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>			
Imóveis	1 446 414,86	114 720,43	1 331 694,43
Equipamento	59 822,67	59 822,67	-
	<b>1 506 237,53</b>	<b>174 543,10</b>	<b>1 331 694,43</b>

As Outras Exigibilidades refletem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

As Contas de Regularizações incluídas nos outros passivos são constituídas, essencialmente, pelas

Receitas com Rendimento Diferido, com o valor aproximado de 517,9 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de Encargos a Pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar em 2012).

#### 4.13. CAPITAL PRÓPRIO

	Ano 2010	Aumentos	Diminuições	2011
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital Social	12 000 000,00			12 000 000,00
Reserva Legal	410,00			410,00
Reserva Estabilização Dividendos	3 694,77			3 694,77
Resultados Transitados	- 524 454,29	- 237 095,16		-761 549,45
Resultado Líquido do Exercício	- 237 095,16	186 574,42	- 237 095,16	186 574,42
	11 242 555,32	- 50 520,74	- 237 095,16	11 429 129,74

#### 4.14. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2011	2010
<b>GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS</b>		
Garantias e Avals	181 009 074,53	137 785 870,80
	181 009 074,53	137 785 870,80
<b>GARANTIAS RECEBIDAS</b>		
Contragarantias	153 759 581,43	115 910 008,05
Avalistas	463 203 167,04	362 408 564,02
Penhor Acções	4 651 765,00	3 368 055,00
Hipotecas	51 122 979,14	43 151 980,96
	672 737 492,61	524 838 608,03
<b>COMPROMISSOS</b>		
Irrevogáveis	4 677 785,00	3 388 355,00

Os compromissos assumidos por Garantias e Avals prestados referem-se à prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avals). Os outros Compromissos Irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de ações.

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições. A Agrogarante considera contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia das operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista seja chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efetiva. Poderá ainda constatar-se a situação de que o avalista chamado a assegurar o pagamento das prestações de crédito realize um acordo com a Sociedade para pagamento da dívida passando a responsabilidade do avalista de efetiva para renegociada.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 447 242 279,16 euros de valores de operações avalizadas;

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é efetiva e que entraram em incumprimento, foram contabilizados:

- 15 935 887,88 euros de valores de operações avalizadas.

Por fim, no caso dos avalistas cuja responsabilidade é renegociada, foram contabilizados:

- 25 000,00 euros de valores de operações avalizadas.

**4.15. MARGEM FINANCEIRA**

	2011	2010
<b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES</b>		
Juros de outras aplicações em instituições de crédito	9,40	
Juros de aplicações em instituições de crédito	694 699,37	312 961,27
Juros e rendimento similares de outros activos financeiros	47 355,09	
	<b>742 063,86</b>	<b>312 961,27</b>
<b>JUROS E ENCARGOS SIMILARES</b>		
Juros de credores e outros recursos	-15 441,83	-12 506,19
Outros	-41,69	
	<b>-15 483,52</b>	<b>-12 506,19</b>
	<b>726 580,34</b>	<b>300 455,08</b>

A rubrica de Juros de Aplicações em Instituições de Crédito apresenta um crescimento significativo, face ao ano anterior, em virtude do crescimento das taxas de remuneração das aplicações financeiras.

Adicionalmente, a rubrica de Juros e Rendimentos Similares de Outros Ativos Financeiros registou um aumento face a 2010, em virtude da faturação de juros de mora no âmbito dos acordos de renegociação celebrados com empresas mutualistas (3,2 mil euros) e dos juros de cupão e mais valia especializados referentes às obrigações do Tesouro adquiridas pela Agrogarante.

**4.16. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

	2011	2010
<b>RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
Por garantias prestadas	2 206 126,99	1 145 665,26
Outras comissões recebidas		
	<b>2 206 126,99</b>	<b>1 145 665,26</b>
<b>ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
Por garantias recebidas	-115 090,15	-44 592,17
Por serviços bancários prestados	-5 320,15	-2 149,40
	<b>-120 410,30</b>	<b>-46 741,57</b>
	<b>2 085 716,69</b>	<b>1 098 923,69</b>

Os Resultados de Serviços e Comissões evidenciam um aumento face a 2010 em virtude do crescimento da carteira viva da Sociedade.

Os Encargos de Serviços e Comissões registaram um aumento significativo face a 2010 uma vez que a comissão de contragarantia é apurada em função dos montantes contragarantidos pelo FCGM no ano anterior, tendo a mesma sido superior em 2010 face a 2009.

#### 4.17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2011	2010
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Quotizações e donativos	9 997,93	
Impostos	4 183,64	1 753,36
Outros	5 892,44	3 228,71
	20 074,01	4 982,07
PROVEITOS		
Prestação de serviços	31 301,42	31 450,00
Ganhos Realizados em Activos Tangíveis	10 500,00	
Reembolso de despesas		12,48
Outros	769,94	12 766,21
	42 571,36	44 228,69
	22 497,35	39 246,62

Ao nível dos custos, a rubrica de Impostos, no valor de 4,2 mil euros é composta pelo pagamento do imposto do selo, imposto único de circulação e do imposto extraordinário que incide sobre o setor bancário, este último no valor de 502 euros. Este imposto consta da Portaria nº 121/2011 de 30 de março que veio regulamentar a contribuição sobre o setor bancário estabelecida pelo artigo 141º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro. A variação desta rubrica é justificada pelo maior valor do Imposto associado à comissão de contragarantia cobrada pelo FCGM.

A rubrica Outros Custos com um valor de 5,9 mil euros inclui cerca de mil euros relativo a custas judiciais.

Relativamente à rubrica Quotizações e Donativos, a Agrogarante efetuou donativos no valor de 10 mil euros a diversas Instituições de solidariedade social, nomeadamente:

- Comunidade Juvenil S. Francisco Assis
- Caritas Diocesana de Coimbra
- Liga Nacional Contra a Fome - Delegação de Coimbra

Quanto aos proveitos, verificou-se a manutenção dos valores do ano anterior na rubrica de Prestação de Serviços, no valor de 31,3 mil euros que engloba as comissões de análise, montagem e emissão de garantias.

Relativamente à rubrica Ganhos Realizados, o valor diz respeito à alienação de uma viatura totalmente amortizada já referida na nota 4.6.

A rubrica Outros com um valor de 769,9 euros diz respeito a proveitos de exercícios anteriores sendo que a variação registada face a 2010 fica a dever-se à ausência de bolsas de estágio ao abrigo do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, fruto da inexistência de colaboradores enquadrados nesse regime.

#### 4.18. EFETIVOS

	2011	2010
Administração	5	5
Quadros diretivos e técnicos	12	13
Secretariado e administrativos	1	1

A Sociedade recorreu à contratação de funcionários em regime de trabalho temporário. No final do ano, eram 3 os funcionários abrangidos por esta situação.

**4.19. CUSTOS COM PESSOAL**

	2011	2010
<b>ORGÃOS SOCIAIS</b>		
Conselho de Administração	13 342,00	15 069,00
Conselho Fiscal	8 241,00	8 073,50
Assembleia Geral	0,00	1 400,00
Comissão Executiva	59 022,00	46 200,00
	80 605,00	70 742,50
<b>COLABORADORES</b>		
Remunerações	320 403,62	311 734,89
<b>ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS</b>	75 425,85	51 509,61
<b>OUTROS</b>	2 948,72	1 440,13
	479 383,19	435 427,13

No ano de 2011 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantido como prática ao longo dos anos, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efetivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

**Remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e de Fiscalização****Senhas de Presença:**

	Conselho de Administração	Comissão Executiva
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 4 000,00	€ 31 200,00
Carlos Alberto Rodrigues Alexandre	€ 2 700,00	€ 13 800,00

Banco BPI, S.A.,	€ 3 321,00	€ 14 022,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 3 321,00	

Quanto ao Fiscal Único,

**Remunerações:**

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. <sup>(1)</sup>	€ 8 241,00
---	------------

<sup>(1)</sup> Honorários totais faturados durante o exercício de 2011 pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas.

**Remunerações atribuídas aos colaboradores da Sociedade**

	N.º colaboradores	Remunerações
Direção	3	145 171,08
Departamento Comercial	6	93 366,45
Departamento de Risco	2	29 400,00
Departamento Operacional <sup>(1)</sup>	2	33 024,58
Total	13	300 962,11

<sup>(1)</sup> Inclui a remuneração auferida por um colaborador que já não se encontra ao serviço da Sociedade

**4.20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

	2011	2010
FORNECIMENTOS	26 413,54	24 943,25
SERVIÇOS	26 413,54	24 943,25
Rendas e alugueres	773,36	
Comunicações	43 268,28	38 624,50
Deslocações, estadias e representação	13 236,03	22 739,94
Publicidade e edição de publicidade	40 921,54	18 583,90
Conservação e reparação	6 604,27	3 920,81
Encargos com formação de pessoal	551,04	
Seguros	7 284,62	7 392,94
Serviços especializados	96 238,79	50 029,75
Outros fornecimentos de serviços não enquadravel	31 183,42	35 806,79
	240 061,35	177 098,63
	266 474,89	202 041,88

Os Gastos Gerais Administrativos registaram uma variação no valor de 64,4 mil euros o que corresponde a um crescimento de 31,9% face ao ano de 2010.

A rubrica Outros Fornecimentos de Serviços Não Enquadráveis inclui cerca de 24,4 mil euros relativo a serviços de *backoffice* prestados pela SPGM.

**4.21 PARTES RELACIONADAS**

A Agrogarante em 2011, incorreu com custos relativos a serviços de *backoffice* prestados pela SPGM no valor de € 24,54 mil euros sendo que o valor em dívida, à data de Dezembro de 2011, é de 2,6 mil euros.

**4.22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

A Sociedade não tem dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

#### **4.23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Damasceno Dias – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

Joaquim Miguel Ribeiro

João de Deus Pires Asseiro

#### O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

**ANEXO****ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2011, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

IFAP, I.P. - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	1 800 000 acções
Banco BPI, S. A.	213 980 acções
Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo	149 550 acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	139 130 acções

**ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Em 31 de Dezembro de 2011, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	16,84%
IFAP, I.P. - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	15,00%

## ACCIONISTAS PROMOTORES

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

<b>Accionista Promotor</b>	<b>N.º Acções</b>	<b>%</b>
SPGM - Sociedade de Investimento S.A.	2 020 590	16,84%
IFAP, I.P. - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	1 800 000	15,00%
Banco Comercial Português, S.A.	689 020	5,74%
Banco Espírito Santo, S.A.	490 795	4,09%
Banco Santander Totta, S.A.	411 960	3,43%
Banco BPI, S.A.	213 980	1,78%
CAIXA CENTRAL - Caixa Central de Crédito Agrícola	149 550	1,25%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	139 130	1,16%
<b>Total Accionistas Promotores</b>	<b>5 915 025</b>	<b>49,29%</b>

## IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao período findo em 2011 dezembro 31.

Ao longo deste período, acompanhámos a atividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efetuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explica, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o período e as perspetivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período.

Nestes termos, tendo em consideração o referido anteriormente, somos de parecer que aprovei:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao período findo em 2011 dezembro 31.
- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do período.

Porto, 2012 fevereiro 24

O Fiscal Único  
SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

Empresa Colectiva S.R.L. inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 238 e no Conservatório do Registo Comercial do Porto sob o nº 36490, Capital Social 50 000 Euro, Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º  
4300-504 PORTO - PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax: (+351) 225 193 661

info@santoscarvalho.pt  
www.santoscarvalho.pt

## V. Certificação Legal de contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

NEXIA  
INTERNATIONAL



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2011 dezembro 31 (que evidencia um total de € 16 200 873 e um total de capital próprio de € 11 429 130, incluindo um resultado líquido de € 186 574), as Demonstrações dos resultados por naturezas e de fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Pessoa Colectiva 502 270 136, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditoria da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 230 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 33448, Capital Social 50 000 Euros.  
Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, tax and consulting firms.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º  
4300-504 PORTO - PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax: (+351) 225 193 661  
info@santoscarvsoc.pt  
www.santoscarvsoc.pt

SANTOS CARVALHO &amp; ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2011 dezembro 31, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

#### RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 2012 fevereiro 24

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,  
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

Person Collective 502.270.136, inscrita no Ordenamento dos Revisores Oficiais de Contas pelo n.º 21, no Registo de Assistentes da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 230 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 56440. Capital Social 50.000 Euros. Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center  
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º  
4100-504 PORTO - PORTUGAL  
Tel: (+351) 225 193 660  
Fax: (+351) 225 193 661  
info@santoscarrvoc.pt  
www.santoscarrvoc.pt

## VI. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140  
Fax: +351 226 166 149  
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2  
4100-455 Porto

### RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um ativo líquido de 16 200 873 euros e um total de capital próprio de 11 429 130 euros, incluindo um resultado líquido de 186 574 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

2. O nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

*Paulo António*  
BDO & Associados, SRDC

Porto, 27 de Fevereiro de 2012

BDO & Associados, SRDC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita no ORDC sob o número 29 e na CRVM sob o número 1122.  
A BDO & Associados, SRDC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.